

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

EVELYN DOS SANTOS DE BORBA DA COSTA

**AS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO NO CURSO DE GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Florianópolis, dezembro de 2019.

EVELYN DOS SANTOS DE BORBA DA COSTA

**AS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO NO CURSO DE GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social pela Universidade Federal de
Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mariana Pfeifer

Florianópolis, dezembro de 2019.

EVELYN DOS SANTOS DE BORBA DA COSTA

**AS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO NO CURSO DE GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

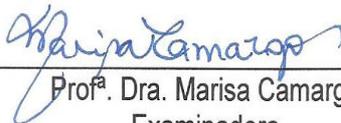
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal
de Santa Catarina.

Monografia aprovada em 06 / 02 / 2020

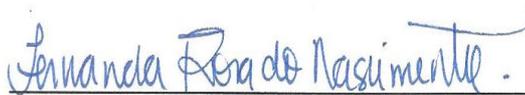
Banca Examinadora



Prof^a. Dra. Mariana Pfeifer
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof^a. Dra. Marisa Camargo
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Mestranda Fernanda Rosa do Nascimento
Examinadora
Universidade Federal Fluminense

Dedico este trabalho a todos que de alguma forma contribuíram para sua realização e aos estagiários de ontem, de hoje e aos que ainda virão, motivo maior desse mergulho no mundo do conhecimento em busca de respostas e sentido ao fazer profissional.

AGRADECIMENTOS

*De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos começando...
A certeza de que é preciso continuar...
A certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro!
“Fica a promessa do reencontro,
Fica o desejo de boa sorte
Fica a vontade de que lutes e venças!”
Fernando Sabino*

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus pois foi nEle que depuseti minha fé ao longo da graduação, acredito que é Ele que nos inspira a ser pessoas melhores a cada dia.

Ao meu esposo Reginaldo, que me incentivou a entrar em uma universidade pública, desde o vestibular esteve ao meu lado me impulsionando, mesmo nos momentos difíceis me motivou a não desistir em concretizar um dos meus sonhos. Muito obrigada pela paciência e compreensão, sem todo o seu suporte essa caminhada seria ainda mais difícil.

A minha família e amigos que me acompanharam nessa jornada e, principalmente as, que conhecem a minha história de fato, sabe o quanto essa é uma das grandes conquistas da minha vida.

A Dona Heloisa que foi uma mãe para mim, que se preocupou comigo e me acolheu, me ajudou a cuidar do meu filho Lucas enquanto eu me empenhava a concluir a graduação, sempre me apoiando nas minhas escolhas.

Ao meu filho Lucas que me impulsiona todos os dias a continuar, não importa o que aconteça.

A minha professora e orientadora Dr^a Mariana Pfeifer que teve papel fundamental na elaboração deste trabalho, e que com paciência e muito empenho, me ajudou na correção e sugestões deste trabalho.

Aos meus colegas de turma pelo companheirismo e pela trajetória percorrida comigo durante toda a graduação.

Por fim, a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, que passaram pela minha vida e contribuíram para minha formação pessoal que transcende qualquer espaço de formação. Obrigada.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

Marilda lamamoto

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema as condições de realização do estágio no Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem como objetivo geral: identificar as condições de realização do estágio supervisionado em serviço social da UFSC, no que se refere a percepção deles enquanto estagiários e os desafios postos no decorrer do estágio. Como objetivos específicos buscamos identificar o debate acerca do estágio no processo de formação profissional do assistente social; discutir como o estágio se insere na proposta político-pedagógica do curso de graduação em serviço social da UFSC, e; analisar suas condições objetivas de realização do estágio tais como a carga horária, transporte, alimentação, bolsa e a percepção dos estagiários acerca das relações entre a instituição, supervisores e os estagiários que recebem e os que não recebem bolsa. Foi realizado um levantamento bibliográfico, junto à produção de conhecimento relativa ao tema estudado, e foi realizada uma pesquisa exploratória de abordagem qualiquantitativa, que contou com levantamento de dados através de questionário com questões fechadas e uma questão aberta, enviado aos alunos em estágio do curso de Serviço Social da UFSC. A pesquisa mostrou que grande parte dos estudantes estagiários não recebe bolsa e nenhum tipo de auxílio, como vale transporte ou vale alimentação, o que se coloca como dificuldade para continuarem o estágio, apontou-se também um estágio mercantilizado, estagiários sendo submetidos a outras funções e falta de campos de estágio remunerados. Conclui-se que é necessário fazer um acompanhamento mais de perto para reconhecer os campos de estágio, com visitas periódica, tendo contato direto com os supervisores de campo, podendo conhecer as condições em que o estagiário está inserido.

Palavras-chave: Estagiário Supervisionado. Formação Profissional. Condições de estágio.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
CCEPE – Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEDEPESS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CES – Câmara de Educação Superior
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CNE – Conselho Nacional de Educação
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
DIP – Departamento de Integração Acadêmica e Profissional
DSS – Departamento de Serviço Social
EAD – Educação à Distância
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FSS – Faculdade de Serviço Social
FVR – Fundação Vidal Ramos
LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEC – Ministério da Educação
PET – Programa de Educação Tutorial
PNE – Política Nacional de Estágio
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROGRAD – Pró-reitoria de Graduação
SC – Santa Catarina
SIARE – Sistema de Informação para Acompanhamento e Registro de Estágios
TCC – Trabalho de Conclusão do Curso
UFAS – Unidades de Formação Acadêmicas
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Semestre de estágio que está cursando 2019.

Gráfico 2: Carga horária

Gráfico 3: Comparecimento no campo de estágio

Gráfico 4: Quantidade de estagiários no campo de estágio

Gráfico 5: Remuneração: sim ou não?

Gráfico 6: Valor da bolsa

Gráfico 7: Quantidade de estagiários com bolsa

Gráfico 8: Estagiários de outras áreas recebem bolsa, sim ou não

Gráfico 9: Auxílio transporte

Gráfico 10: Distância da casa do estagiário até o campo de estágio

Gráfico 11 Formas de deslocamento até o campo de estágio

Gráfico 12: Vale alimentação

Gráfico 13: Alimentação oferecida no campo de estágio

Gráfico 14: Frequência de alimentação no campo de estágio

Gráfico 15: Lei de Estágio

Gráfico 16: Cumprimento de carga horária de estágio

Gráfico 17: Há tratamento diferenciado por parte das instituições

Gráfico 18: Há tratamento diferenciado por parte dos supervisores de campo

Gráfico 19: Há tratamento diferenciado por parte da supervisão acadêmica

Gráfico 20: Valorização dos estagiários não remunerado

Gráfico 21: Atividades desempenhada

Gráfico 22: Há diferença na atuação e no compromisso dos estagiários com o campo de estágio

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	15
2.1 O Debate acerca da Formação Profissional no Serviço Social	16
2.2 O Estágio na formação profissional do assistente social	22
2.3 A Supervisão de Estágio em Serviço Social.....	28
3. O ESTÁGIO E AS CONDIÇÕES DE SUA REALIZAÇÃO PELOS ESTAGIÁRIOS NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFSC	34
3.1 O Curso de Serviço Social na UFSC e sua política de estágio	34
3.2 O estágio na proposta pedagógica de 2013.2 do Serviço Social da UFSC	40
4. A PERCEPÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS EM RELAÇÃO AS SUAS CONDIÇÕES DE ESTÁGIO	52
4.1 Indicações metodológicas da pesquisa	52
4.2 Sistematização e análise dos dados	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	79
ANEXO – QUESTIONÁRIO	83

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso se debruça sobre o estágio na formação profissional do assistente social e sobre as condições nas quais se realiza o estágio no curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bem como as percepções dos estagiários.

Considerando os limites de uma monografia de conclusão de curso de graduação, nos propomos neste trabalho a apresentar uma reflexão sobre desafios postos no decorrer dos semestres de estágio para os estudantes, especialmente acerca das condições objetivas que dispõem para realizar o estágio, que se manifestam nas condições de transporte, alimentação, recebimento de bolsa e as relações que se estabelecem na instituição e no processo de supervisão. Pois a busca pelo conhecimento é uma tarefa árdua e desafiante, que envolve múltiplas determinações colocadas pela dinâmica da realidade. Significa o olhar sobre o simples, e sobre o que está posto, mas com intencionalidade de desvelar esse simples que oculta elementos concretos que só se revela em um processo de investigação. Com esse pensamento se deu o desafio de escrever este trabalho de conclusão do curso.

O estudo da temática em questão surgiu a partir das inquietações como estudante e através de inúmeras conversas com colegas do curso sobre a dificuldade de encontrar um campo de estágio que ofereça bolsa no desenvolvimento do estágio curricular obrigatório durante três semestres de estágio e essas inquietações me levaram a explorar junto aos colegas de graduação suas dificuldades objetivas e financeiras dos colegas que me acompanharam durante esses semestres.

No contexto da identificação das demandas trazidas pelos estudantes em alguns encontros nas aulas de supervisão acadêmica, houve a problematização dos desafios postos aos estagiários do curso de Serviço Social, quanto a dificuldade de encontrar campos de estágio que oferecem bolsa, o que vem sendo um debate constante nas aulas de supervisão e nos encontros com estudantes do curso.

Essa se relaciona com as preocupações de tempo presente, muitos autores como Iamamoto (1998), Buriolla (2003) e Oliveira (2003) já vem debatendo a

formação profissional do estudante e o estágio supervisionado, que tem que ser pensada, refletida, sistematizada, planejada em conjunto, nos espaços em que se concretizam a formação profissional, tanto nos campos de estágio como nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAS), percebendo-se que o estágio e a supervisão tem ganhado visibilidade no âmbito das discussões da categoria profissional. Para esta pesquisa, buscamos alguns materiais que abordam esse tema, como a Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), assim como a literatura do campo do Serviço Social que serviram como parâmetros e reflexões na construção dessa monografia.

A abordagem dessa temática constituiu-se em uma tarefa desafiante, frente a atual conjuntura e as mudanças postas, que se processam rapidamente nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, colocando o processo de formação profissional frente a uma realidade dinâmica e mediado por contradições.

Nesse contexto, o estágio supervisionado constitui-se, essencial para o conhecimento e análise crítica da realidade social, é importante a produção de conhecimento pelas situações cotidianas da vida dos sujeitos que vivenciam tais experiências: os estagiários. O estágio é indispensável aos estudantes, sendo importante na formação profissional, e que está calçado no processo de ensino/aprendizagem, sendo que o estágio se constitui em espaço onde emergem questões que lhe são especialmente particulares, por estarem situados na esfera das relações entre instituição de ensino e organizações (BARBOSA, 2004).

O estágio é uma interação entre três sujeitos, o supervisor de campo, o supervisor acadêmico e o estagiário. Na supervisão acadêmica, para que o momento de encontro seja privilegiado, acontece um momento de trocas de experiências, trazendo as dúvidas, as contradições, os questionamentos presentes na atuação profissional, baseado num processo participativo, e que envolve planejamento, compromisso e avaliação das atividades desenvolvidas no campo de estágio.

A supervisão de estágio é canal de ligação entre as disciplinas e os campos de estágio, na medida em que privilegia a análise conjuntural de processos sociais em curso na sociedade geradora das múltiplas expressões da questão social; ela possibilita a elaboração e reelaboração do objeto de intervenção e a criação de estratégias comprometidas com a dimensão

ético-política do projeto profissional em suas particularidades sócio institucionais (LEWGOW, 2009, p. 167).

A supervisão de estágio em Serviço Social consiste em acompanhamento com os estagiários, sendo direto e sistemático, essa tríade acontece entre supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário, visando à formação profissional por meio da compreensão dos conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que orientam os estagiários para seu futuro exercício profissional, imbricado no processo de ensino/aprendizagem, sendo os supervisores os facilitadores desse processo.

No âmbito dessas considerações que delimitamos, o nosso objeto de estudo são as condições que os estudantes têm para a realização do estágio, sendo que o objetivo geral é identificar as condições de realização do estágio supervisionado em Serviço Social da UFSC. Como objetivos específicos buscamos: identificar o debate acerca do estágio no processo de formação profissional do assistente social; discutir como o estágio se insere na proposta político-pedagógica do curso de graduação em serviço social da UFSC, e; identificar e analisar as condições objetivas de realização do estágio tais como a carga horária, transporte, alimentação, bolsa e a percepção dos estagiários acerca das relações entre a instituição, supervisores e os estagiários que recebem e os que não recebem bolsa.

Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico, junto a produção de conhecimento no campo do Serviço Social, buscando identificar os passos do curso de graduação em Serviço Social na UFSC, reconhecendo o estágio como parte desse processo de formação e conhecendo o caminho para chegar até a atual conjuntura do curso.

A pesquisa de campo contou com levantamento de dados por meio de um questionário com 24 questões fechadas e uma aberta, junto a 44 alunos em estágio do curso de Serviço Social da UFSC, cuja aplicação ocorreu no período entre os dias 3 e 9 de dezembro de 2019, utilizando-se da ferramenta do Google Formulário, com divulgação via WhatsApp e e-mail.

A forma da pesquisa abordada naquele momento, se deu em relação ao momento de fragilidade que vivenciávamos na UFSC, em relação a greve por conta dos cortes nas verbas direcionadas à educação, foi um momento de vivências na prática de lutas para que a UFSC não encerrasse suas atividades. A aplicação do questionário recaiu sobre os alunos em estágio do curso de Serviço Social da UFSC

porque a pesquisadora entende que naquele momento os alunos já vinham vivenciando um processo de aprendizagem prática, tendo em vista que os entrevistados são estagiários. Entendendo que nesse momento de vivência na universidade o estagiário já conta com um maior entendimento do processo de estágio e suas demandas.

No decorrer da aplicação do questionário, os dados quali quantitativos, foram tabulados em uma planilha e analisados através de gráficos separados por blocos de perguntas, outro fator importante foi a análise dos dados em consonância com a literatura especializada e os objetivos desta pesquisa.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos: Este primeiro capítulo traz a apresentação do tema, a importância de se estudar este tema, a justificativa pela escolha do tema, o objeto, objetivos geral e específicos e a metodologia adotada para a elaboração deste estudo. O capítulo dois aborda um resgate teórico-conceitual e histórico acerca da formação profissional em Serviço Social, o estágio e a supervisão de estágio em serviço social. O capítulo três trata do curso de Serviço Social da UFSC, a proposta pedagógica de 2013.2 e a política de estágio. No capítulo quatro estão descritos a metodologia adotada, os resultados e análise da pesquisa empírica com os gráficos acerca das condições da realização do estágio pelos estagiários.

2. O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

A formação profissional é uma temática que cada vez mais vem assumindo destaque na discussão do Serviço social, dentre o assunto tem como destaque, a constatação essencial na ligação entre está e a prática profissional. A seção a seguir discorrerá acerca dos elementos da formação profissional e o estágio em Serviço Social, pois ambas repercutem como parte integrante do processo de estágio. Assim, a Lei Federal nº 11.788 define em seu artigo 1º que o

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (Lei 11.788/2008 p.1)

Entendido como um dos momentos, mas não o único em que o estudante aborda a questão da prática profissional, ou seja, as discussões em torno da dimensão interventiva da profissão, que precisa e deve atravessar todo o currículo do curso de graduação. Conforme Boschetti (2004), os conteúdos do conjunto de disciplinas que compõem o currículo do curso de Serviço Social devem mostrar a vinculação orgânica entre teoria, realidade e as possibilidades de intervenção profissional nos diversos contextos e momentos históricos.

É nesta perspectiva que o estágio supervisionado adquire um peso privilegiado no processo de formação profissional do estudante curso de Serviço Social, podendo oportunizar não somente aproximações no processo de capacitação teórico-metodológica para o profissional, mas também o conhecimento das diferentes relações que compõem o complexo tecido social. (OLIVEIRA, 2004, p.67)

A formação profissional deve produzir um profissional com competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, comprometido, responsável e que tenha capacidade de indignação e argumentação frente à problemática social. É por essa dimensão que se compreende a relevância da concepção de formação profissional para o assistente social.

2.1 O Debate acerca da Formação Profissional no Serviço Social

Neste subtítulo, destacarei a formação profissional do assistente social indicando elementos que permitam compreender o estágio no processo de formação profissional.

A formação profissional em Serviço Social pode ser entendida como um conjunto de experiências que incluem a transmissão de conhecimentos, a possibilidade de oferecer ao aluno um campo de ação – vivência de situação concreta relacionada à revisão e ao questionamento de seus conhecimentos, habilidades, valores etc., e que possam levá-lo a uma inserção crítica e criativa na área profissional e no mundo mais amplo (BURIOLLA, 2003, p.16).

As Diretrizes Curriculares foram construídas a partir de vários debates realizados pela categoria profissional, um esforço para atender as demandas emergentes à profissão. No começo da década de 1990, a então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS)¹, atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) promoveu uma intensa discussão em todo Brasil sobre a proposta curricular básica, que se tornou matriz das atuais Diretrizes Curriculares publicadas pelo Ministério da Educação em 2002, através da Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, mas que se apresenta de forma diferente do que o texto proposto pela ABEPSS.

Segundo as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social do Ministério da Educação (MEC, 2001), a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social.

E se vê a importância e a necessidade de uma graduação para o exercício profissional do assistente social, colocando em questão a indissociável relação entre

¹ Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu em 1996, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis.

a formação profissional e o exercício da profissão, e com isso a necessidade de estabelecer na formação profissional os elementos básicos que vão caracterizar o trabalho profissional do assistente social.

As Diretrizes Curriculares do MEC (2001, p.5), em seu artigo 2º indica que:

O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço social deverá explicitar

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a organização do curso;
- d) os conteúdos curriculares;
- e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)
- f) as atividades complementares previstas

Já o texto das Diretrizes Curriculares construídas pela ABEPSS, publicadas em 1996 e ainda em vigor, trazem inúmeros elementos importantes que se tornam propulsores na garantia da relação teoria e prática. Outra característica importante das Diretrizes Curriculares da ABEPSS é a compreensão dos elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão, sem perder a dimensão crítica.

Dos princípios inscritos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, Cassab (2000, p. 127) salienta que o estágio também é central na formação profissional. A autora ainda, assevera que, “quando o aluno é introduzido ao estudo da questão social, [...] ao estudo da formação social brasileira, estamos realizando ensino da prática, estamos desvelando o trabalho do Serviço Social”. Essas Diretrizes Curriculares entendem que “[...] o Serviço Social no conjunto das relações de produção e reprodução da vida social, como uma profissão de caráter interventivo, cujo sujeito, o assistente social, intervém no âmbito da questão social (CARDOSO, 2004, p. 9). O assistente social é um

[...] profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1996, p. 27).

As contribuições das Diretrizes Curriculares da ABEPSS ao ensino da prática com foco no estágio supervisionado são importantes, ainda mais quando se refere

ao estudo da profissão numa dimensão de totalidade e sua relação com o processo de trabalho.

O estágio supervisionado adquiriu um novo patamar com as Diretrizes Curriculares, sendo um locus privilegiado na construção da identidade profissional do assistente social e o espaço de mediação que se efetiva campo de estágio, através do caráter interventivo e investigativo da profissão.

A partir da concepção definida pelas diretrizes curriculares aprovadas nos fóruns da ABEPSS, a temática do estágio supervisionado na formação profissional deve constituir-se em aprofundamento permanente e constitutivo da formação profissional, e de competência das unidades de ensino no processo formativo. Nessa direção o tratamento dado ao estágio deve ser pauta constante dos fóruns da ABEPSS, no sentido de antecipar-se de forma articulada e organizada, na defesa do projeto ético-político da profissão, do ensino da formação de qualidade; pressupostos das diretrizes (ABRAMIDES, 2003, p. 16).

A formação profissional se propõe a “preparar cientificamente quadros de profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado” (IAMAMOTO, 1992, p. 163). As Diretrizes Curriculares da ABEPSS determinam a direção da formação profissional de alunos, a partir de três grandes núcleos, que nos projetos pedagógicos e currículos de Serviço Social vão aparecer organizados em disciplinas e componentes diversos. Esses núcleos, definidos pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS são sustentadas em um tripé constituído pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, que são: Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de Fundamentos da Formação sócio histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho Profissional, sendo eles:

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório; o Núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada e; o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos

do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei. (CFESS, 2019, p.43)

Esses núcleos são pensados de uma forma, na qual se articula a formação profissional em Serviço Social numa perspectiva de totalidade, onde se busca um rompimento com a fragmentação do processo de conhecimento no qual compromete não apenas a formação profissional, mas também o exercício profissional.

Deste modo, o curso de Serviço Social deve oferecer disciplinas que estejam articuladas com a proposta das Diretrizes Curriculares, fazendo com que busquem garantir uma formação generalista a partir dos núcleos centrais, permitindo com que os profissionais construam análises da realidade e que também possam construir propostas e desenvolver ações que contribuam para o enfrentamento das expressões da questão social, mediadas pelas competências da profissão. As Diretrizes Curriculares² estabelecem como perfil do bacharel em Serviço Social:

profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e efetivando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 2019, p.01).

Segundo Yasbeck (2009), a profissão tem o desafio de enfrentar novas demandas, atribuições e competências, o que amplia seu espaço de intervenção. Nesta dimensão, há competências e habilidades expressas nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social compactuadas e em consonância com as determinações da Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão

² A formação em Serviço Social propõe-se a: “viabilizar a capacitação teórico-metodológica e ético- política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade e do movimento histórico da sociedade brasileira; possibilitar a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; e identificar demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado”. Dentre os princípios norteadores da formação acadêmico-profissional tem-se: 1. Rigoroso tratamento teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social que possibilitem a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; 2. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; debate entre tendências teóricas presentes nas ciências humanas e sociais; 3. Integração entre as dimensões de formação e investigação, a interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 4. Ética como princípio transversal à formação e estreita articulação entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio (ABEPSS, 1999, p.6).

de assistente social e que estabelece competências e atribuições para o profissional, conhecimentos esses que se fazem necessários para a formação profissional.

A formação profissional em Serviço Social está condicionada às políticas de ensino superior, que se desenvolvem num contexto brasileiro de flexibilização, desregulamentação das relações de trabalho e das profissões, tendo os interesses produtivos como horizonte, em detrimento do real objetivo das universidades. Segundo Wanderley, (1998, p.16), considera como atribuições dessas instituições:

A ela [universidade] cabe responder pela exigência de contemporaneidade através do ensino, pesquisa e extensão que realiza [...]. A ela cabe construir respostas acadêmicas expressas em seus projetos curriculares, que se traduzem na necessidade de se articular formação universitária e mercado profissional. Articulação esta, que não se confunde com a simples adequação à dinâmica reguladora do mercado, numa perspectiva meramente instrumental. Há necessidade sim de conhecimento e sintonia com mercado profissional e, ao mesmo tempo, um distanciamento crítico deste, que permita a construção de projetos educacionais analíticos e inovadores, que apontem alternativas viáveis coerentes com os compromissos assumidos pela universidade.

Nesse contexto, podemos identificar a realidade da expansão dos cursos de graduação através da modalidade de ensino à distância (EAD), que também se colocam aos cursos de Serviço Social. A modalidade de ensino à distância cresceu bastante nos últimos anos na formação do assistente social no Brasil, pois os cursos EAD de Serviço Social abriram diversos polos e vagas. A tendência à expansão através da privatização, da precarização e, especialmente por meio do EAD, coloca a necessidade de refletir e discutir continuamente sobre a formação do assistente social e seus impactos na constituição da categoria profissional e no mercado de trabalho na atualidade brasileira. É de suma importância salientar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil, sendo a mais importante lei que se refere à educação, composta por 92 artigos que tratam da educação infantil até a educação superior. No seu artigo 80,

[...] regulamenta uma nova maneira de se ensinar no nosso país: o ensino à distância, deixando claro o incentivo do poder público para o desenvolvimento da modalidade, perpetuando os programas da mesma modalidade credenciados e regulamentados pela União em todos os níveis escolares (BRASIL, 1996, p.31).

Essa dinâmica de formação acarreta diversas alterações para a formação profissional, a universidade brasileira, a produção do conhecimento e o trabalho docente na atualidade, com implicações para o processo de resistência coletiva, em

especial no Serviço Social, e ainda, mesmo em tempo de retrocesso, formas de resistência individuais e coletivas conseguem se sobressair. Os acadêmicos, de maneira geral, vêm carregando as fragilidades e as potencialidades da educação e do ensino brasileiro, expressão de um contexto sócio histórico marcado por desigualdades sociais e manifestações de resistências. O estudante se apropria das peculiaridades do tempo e do desenvolvimento do conhecimento técnico científico produzidos e postos na vida social, bem como na sua reprodução. Sendo assim, o aluno, como sujeito coletivo, traz uma bagagem de conhecimento e vivências produzidas no ritmo da atual realidade.

Podendo refletir sobre os desafios postos à educação superior brasileira e, conseqüentemente, à formação profissional e à reconfiguração do trabalho docente nas universidades brasileiras, articulando três processos: a precarização, a intensificação do trabalho e o produtivismo acadêmico, especialmente a partir da expansão do ensino superior.

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA apud OLIVEIRA, 2010, p. 2).

Nesse sentido, de forma mais específica, políticas públicas educacionais significam um conjunto de atos, metas e programas do governo para o povo com vistas à melhoria da educação, porém, percebe-se que o cenário da educação é, extremamente delicado, já que não tem sido respeitado, nem mesmo devidamente reconhecido por parte dos dirigentes atuais do Ministério da Educação (MEC). Percebe-se pouca disposição ao diálogo para mediar decisões importantes que tocam a educação em nosso país.

Percebemos que a educação pública brasileira vem sofrendo ataques há décadas, porém na atual conjuntura, o ataque está muito mais forte. Mostrando um projeto de reorganização cada vez mais precarizado em todas as esferas da educação, desde o ensino básico até o ensino superior. Para suprir uma demanda que se entende desnecessária, tendo em vista que a educação é de suma importância para todos. Dentre todas as medidas tomadas pelo último governo, a Emenda Constitucional nº 95, que congelou os investimentos da Educação e Saúde,

são um dos grandes responsáveis do processo de sucateamento das instituições de Educação, deixando a educação à mercê dos interesses privados.

Entendendo que cada vez mais as instituições de educação vêm sendo sucateadas, percebemos o retrocesso, em vista do que se vivenciava antigamente, surge o projeto “Future-se”, que após grande contingenciamento do orçamento de todas as instituições federais do Brasil, traz como proposta a mercantilização e privatização das instituições mediante o financiamento de empresas privadas.

Essa proposta trazida pelo MEC tem sido debatida em diversas universidades federais, e recebeu inúmeras críticas e desaprovações, principalmente pelo fato de ser pouco detalhada e trazer possíveis riscos à autonomia universitária e seu desfinanciamento público.

Nesse momento conjuntural permeado pela mercadorização da educação, o estágio passa a ser visto pelas instituições empregadoras como estratégia para suprir a mão-de-obra do Assistente Social, assume a condição de atender as necessidades do mercado de trabalho. São situações alarmantes que condicionam a formação profissional dos estudantes e dificulta o alcance do perfil proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

2.2 O Estágio na formação profissional do assistente social

O estágio é de suma importância no processo de formação acadêmica e profissional, pois é um dos espaços onde os estudantes podem vivenciar de forma prática os conhecimentos e as competências do assistente social, tendo como objetivo, proporcionar aos estagiários experiências e prepará-los para que possam desenvolver atividades associadas à sua futura profissão.

O estágio na formação do profissional do assistente social é um momento de aproximação entre teoria e prática, que complementa o processo de ensino e aprendizagem e que permite que o estagiário vivencie as situações reais do cotidiano profissional e institucional, além de ser um momento de construção e desconstrução de conhecimentos e paradigmas para todos.

O estágio curricular supervisionado deve transcorrer em consonância com os princípios ético-políticos da profissão e seguir as indicações das Diretrizes Curriculares. O estágio deve ser compreendido como atividade curricular obrigatória,

que acontece a partir da inserção do aluno no espaço sócio ocupacional do assistente social como campo de estágio, com o objetivo de buscar a reflexão sobre o fazer profissional por meio da apreensão da dinâmica contraditória da sociedade. Segundo a Política Nacional do Estágio (PNE), que é um instrumento político pedagógico, tem por objetivo orientar os estágios supervisionados em Serviço Social, colocando o estágio como um dos momentos privilegiados da formação profissional, além de preparar e capacitar o estagiário para o exercício profissional.

O estagiário tem como direção social os princípios previstos no projeto ético-político a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; a garantia da ética como elemento transversal à formação do assistente social; a articulação entre formação e exercício profissional; a indissociabilidade do estágio e supervisão de campo e acadêmica, articulação universidade-sociedade, unidade teoria-prática, interdisciplinaridade e articulação ensino, pesquisa e extensão.

O estágio é um componente curricular importante na formação dos alunos, que vai além de cumprir as exigências acadêmicas. Conforme salienta Oliveira (2004), enquanto atividade curricular obrigatória, o estágio pressupõe o acompanhamento e a orientação profissional, por meio do processo de supervisão acadêmica e de campo, configurando um dos princípios que fundamentam a formação profissional, preconizados pela ABEPSS: a indissociabilidade entre estágio e supervisão.

Por ser um momento da formação, essa ligação tem por finalidade a apreensão da realidade, sendo que o estágio é um processo edificado no decorrer das disciplinas ministradas no curso de serviço social. O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de crise mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais.

O período de estágio proporciona um momento de reflexão e aprendizagem sobre o fazer profissional, criando uma visão crítica e reflexiva. Segundo Buriolla (2001, p.13), “o estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada,

construída e referida, volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica, e por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente”.

O estágio é de suma importância no processo de construção das competências profissionais. É a partir da vivência no campo, que o estagiário passa a ter clareza das necessidades de uma metodologia que esclarece e compreende a realidade, e uma aproximação sucessiva com o exercício profissional. Segundo a Política Nacional de Estágio (PNE), a materialização do estágio deve sempre estar em consonância com os princípios do Código de Ética de 1993 (ABEPSS, 2009, p. 12).

No campo de estágio, o estagiário vivencia diversas experiências no seu cotidiano, pois permite uma aproximação à realidade da instituição em que se insere, a apreensão do perfil e as demandas dos usuários daquela instituição. Conforme Lei nº 11.788/08, que especifica em seu Artigo 1º que:

O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Desta forma, percebemos que a legislação indica que o estagiário tem que ter um contato próximo com a realidade, já que através dela que se dá o ensino e aprendizagem. Esta aproximação com a realidade acontece sob supervisão de um assistente social que se dispõe a supervisionar dentro do seu campo de trabalho, o qual se torna o campo de estágio para o estudante, conforme a Resolução do CFESS, nº 533, de 29 de setembro de 2008 no Artigo 5º que

A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por Assistente Social funcionário (a) do quadro de pessoal da instituição em que se ocorre o estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9º da lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, na mesma instituição e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente.

A supervisão direta do estágio será realizada pelo supervisor acadêmico professor na instituição de ensino e pelo assistente social supervisor de campo que é o profissional com atuação no campo de estágio, e se desenvolverá por intermédio da reflexão, acompanhamento e sistematização com fundamento no plano de estágio, elaborado em conjunto entre unidade de ensino e campo de estágio.

Ainda no seu artigo 6º, ao supervisor de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio em conformidade com o plano de estágio. A partir dessas considerações as principais atribuições do supervisor de campo são:

1 Comunicar à coordenação de estágio da UFA o número de vagas por semestre e definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente; 2 Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade; 3 Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário; 4 Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do(a) estagiário(a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada; 5 Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio; 6 Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio; 7 Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e/ou grupais com os(as) estagiários(as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional; 8 Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente, com o supervisor acadêmico; quando da avaliação semestral, emitir parecer e nota de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e fornecido pela coordenação de estágio da UFA; 9 Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado; 10 Encaminhar as sugestões e dificuldades à coordenação de estágios da UFA e contatar com os supervisores acadêmicos, Coordenador(a) de Estágios ou Coordenador(a) de Curso quando julgar necessário; 11 Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário; 12 Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UFA; 13 Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e supervisão acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários; 14 Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio. (PNE, 2019, p.20)

Sendo denominado supervisor de campo, esse profissional além de supervisionar suas atividades, proporciona ao estagiário uma reflexão sobre as competências profissionais. Fazendo com que o estagiário construa uma futura

atuação profissional, voltado para uma postura ética e política, na qual visa à garantia de acesso aos direitos, fazendo com que o estagiário construa uma visão crítica e reflexiva das contradições existentes na realidade do Campo de Estágio.

As três dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, são de suma importância para enfrentar os desafios do serviço social na atualidade, e devem ser dominadas pelo assistente social, articulando a teoria e a prática, investigação e intervenção, pesquisa e ação, e ciência e técnica, e essas experiências devem ser garantidas no campo de estágio.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

Ao estagiário, sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifique a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, às contradições da realidade social.

A seguir temos as principais atribuições do estagiário:

1 Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio; 2 Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio; 3 Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades; 4 Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades; 5 Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas; 6 Apresentar ao coordenador de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde; 7 Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional; 8 Reconhecer a disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos

direitos pelos usuários; 9 Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade; 10 Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada (PNE, 2019, p.23).

Segundo Buriolla (1995, p. 13), “[...] o estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional”.

Outro ponto sobre o estágio é a importância de conhecer o campo e também saber o papel que se deve cumprir. Segundo Lewgoy (2009), é necessário que estes conheçam a realidade da instituição da qual vão fazer parte, assim como os usuários do Serviço Social, para que os estagiários possam aí conhecer e aprender como se dá o trabalho desenvolvido pelo assistente social num dos seus espaços sócio ocupacionais. A mediação se configura importante para apreensão do estágio enquanto espaço de mediação entre conhecimentos adquiridos na realidade social com as experiências vivenciadas no campo de estágio. E assim, ver a importância do supervisor acadêmico e de campo. Entendido que o estágio se configura um espaço de mediação entre o singular e o universal, através de cada particularidade.

O estágio de estudantes é regulamentado pela Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008 que é uma lei federal que dispõe e orienta os estudantes que estão em período de estágio, é um instrumento legal de importância socioeconômica, educativa, cultural e política. No caso do Serviço Social, o estágio possui outros documentos legais, documentos esses onde os sujeitos que estão envolvidos no campo de estágio devem ter conhecimento do que se trata. O estágio em Serviço Social tem como ponto de referência a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662/93; no Código de Ética da Profissão de 1993; na resolução do CFESS de nº 533 de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre a supervisão direta do estágio em Serviço Social; Política Nacional de Estágio (PNE), esta última publicada pela ABEPSS em 2010, Política Local e Resolução da UFSC.

Diferente das legislações que determinam a prática do estágio no Brasil, para a prática do estágio o Serviço Social defende que tenha alguns requisitos mínimos para inserção do aluno no campo de estágio, sendo pré-requisitos algumas matérias e componentes dos currículos de cada curso, inserindo-se no campo de estágio a partir do quinto período do curso, conforme preconiza o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a PNE.

A PNE da ABEPSS destaca que o estágio ocupa um lugar privilegiado na formação e proporciona aos estudantes de Serviço Social a possibilidade de ir ao campo e ter uma aproximação direta com o movimento da realidade, e ali pode ter elementos objetivos para apreensão da realidade e da articulação das competências da profissão. Assegurando nas disciplinas o “Processo de supervisão de Estágio”, matéria essa indispensável para a formação dos alunos, futuros supervisores.

2.3 A Supervisão de Estágio em Serviço Social

A supervisão é uma das atribuições privativas do assistente social previstas na Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão, artigo 5º, inciso VI, onde diz: “treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” e conforme a Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, a supervisão deve ser feita conjuntamente por professor supervisor e por um profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio”. A supervisão direta é estabelecida na legislação profissional com caráter obrigatório no exercício da supervisão de estagiários, reconhecendo que

a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008).

A supervisão consiste em atividade desenvolvida sob critérios normatizados, de acordo com a legislação específica do ensino superior. Deve ser realizada pelo profissional assistente social. Como nos aponta Pinto (1986, p.97), a supervisão é o momento que

[...] compreende o processo ensino-aprendizagem que se estabelece na relação do professor-supervisor com o aluno, a partir da atividade cotidiana do estágio, mediante uma dada programação que vise ao reconhecimento dos nexos entre os conhecimentos do Serviço Social e a realidade da prática profissional na sua relação com a demanda, com a instituição e com a realidade social.

Outro ponto importante é o esforço coletivo entre professores, supervisores e discentes que são os protagonistas na efetivação do projeto pedagógico, onde ocorre uma articulação na efetivação das atividades, além de socializar o conhecimento produzido no processo de formação profissional, tendo como objetivo a competência teórica, metodológica, ética e política. É de suma importância salientar que supervisionar um estagiário é uma das atribuições privativas do assistente social, por requerer conhecimentos específicos adquiridos em curso de formação regular, e corresponde a um marco normativo.

A supervisão de estágio é canal de ligação entre as disciplinas e os campos de estágio, na medida em que privilegia a análise conjuntural de processos sociais em curso na sociedade geradora das múltiplas expressões da questão social; ela possibilita a elaboração e reelaboração do objeto de intervenção e a criação de estratégias comprometidas com a dimensão ético-política do projeto profissional em suas particularidades sócio institucionais (LEWGOY, 2009, p.167).

Segundo Pinto (1997), supervisão e estágio são tratados e discutidos conjuntamente, a supervisão e o estágio são entendidos como faces de um mesmo processo, mas com atribuições diferentes, para serem realmente ensino e aprendizagem, estágio e supervisão, necessitam ser reconhecidos como um conjunto articulado, cujo pilar de sustentação é a dimensão pedagógica, dando ao ensino do Serviço Social o atributo de ser teórico-prático. Ressalta que, com base numa concepção de estágio vinculada à supervisão, ocorre o reconhecimento da natureza que diferencia o trabalho do professor supervisor e do assistente social supervisor.

A supervisão, portanto, consiste num processo educativo, que visa capacitar o supervisionado para o saber profissional (GOUVÊA, 2008). O estágio supervisionado em serviço social conta ainda com Supervisão Acadêmica, que ocorre na instituição de ensino, sob orientação de um professor do curso, a supervisão acontece como um espaço de trocas de saberes, onde os colegas e o professor compartilham experiências, tiram dúvidas, fazem reflexões e compartilham conhecimentos adquiridos na realidade do Campo de Estágio. Conforme a Resolução do CFESS, nº 533, de 29 de setembro de 2008 no Art. 7º, ao supervisor acadêmico, tem como responsabilidade cumprir o papel de orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado, visando a qualificação do aluno durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas

e ético-política da profissão. A partir dessas considerações as principais atribuições do supervisor acadêmico são:

1 Orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio da UFA, inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional; 2 Orientar os(as) estagiários(as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os(as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio; 3 Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários na UFA por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo; 4 Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional; 5 Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos(as) estagiários(as), conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral; 6 Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários e outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo na UFA para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta. 7 Acompanhar a trajetória acadêmica do(a) estagiário(a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem da UFA; 8 Fornecer, à coordenação de estágio ou órgão competente, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário; 9 Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos acadêmicos em cada nível de estágio; 10 Avaliar o estagiário emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou à respectiva nota; 11 Encaminhar à coordenação de estágio, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional. (PNE, 2019, p.20).

É de suma importância esse constante diálogo com o supervisor de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio.

Esse processo da supervisão envolve conjuntamente, tanto o supervisor acadêmico quanto o de campo e

[...] prevê a realização de encontros sistemáticos nos quais se constrói, se acompanha e se avalia o plano de estágio, tendo por base os objetivos a serem alcançados, as metas, os instrumentos e estratégias didático-pedagógicas. Essa avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos

diversos segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários) (GUERRA e BRAGA, 2009, p. 543).

A Resolução nº 533 de 2008 do conjunto CFESS/CRESS aponta a necessidade de que a supervisão ocorra de forma direta. Segundo o artigo 2º de tal resolução,

A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino (CFESS, 2008, p.01).

Esta tríade direta de estágio em Serviço Social entre “supervisor acadêmico, supervisor de campo e estudante estagiário” é muito importante, pois se destaca como uma tríade de troca de saberes, que seria o ponto chave para que o acadêmico compreenda bem a prática profissional e seus entornos. Conforme destaca Oliveira (2004, p.68),

A supervisão no ensino de Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica, tida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor-supervisor no contexto do curso, e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento das atividades práticas do aluno pelo assistente social, no contexto do campo de estágio.

A supervisão de estágio, na sua atual conjuntura acadêmica, busca legitimar a interação entre os sujeitos supervisores de campo, alunos estagiários e supervisor acadêmico, intrinsecamente envolvidos num projeto coletivo e interdisciplinar e que compõem, assim, uma tríade representativa do universo da instituição à qual pertencem. Nessa ótica, a supervisão caracteriza-se como espaço, por excelência, de intermediação entre os centros de formação e as organizações que oferecem campos de aprendizagem, intrinsecamente envolvida como elemento constitutivo e constituinte desse processo.

E com essa dupla supervisão, elas constroem uma relação entre teoria e prática e a relação sistemática entre supervisor de campo e supervisor acadêmico, essa articulação entre eles é de suma importância, já que são indispensáveis a parceria entre instituição de ensino e o campo de estágio. Para que as partes consigam proporcionar aos estagiários, condições necessárias para o cumprimento do estágio em serviço social.

É notório que

[...] o elo que envolve a supervisão e estágio revela a preocupação quanto a como ensinar aos alunos competências, habilidades e as atribuições requeridas aos assistentes sociais. Tal processo exige do profissional de campo não o que é solicitado pelo professor, mas o conhecimento para trabalhar com o estagiário de modo diferente de como trabalha com seus usuários. Portanto, a supervisão de campo precisa estar em sintonia com o projeto pedagógico, com a unidade de ensino; deve ter preocupação com a aprendizagem, direcionando a orientação e atividades de modo a confluir para os objetivos da formação profissional (LEWGOY, 2009, p. 134)

Conhecer esses documentos é de suma importância, pois neles estão às competências, atribuições, direitos e deveres e como agir e determinada situação e irregularidades, neles estão às orientações para os supervisores acadêmicos e de campo e dos acadêmicos/estagiários.

Segundo os documentos citados acima, compete aos supervisores acadêmicos o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o supervisor de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio e aos supervisores de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o supervisor acadêmico, no processo de supervisão.

O processo de supervisão de estágio em Serviço Social enquanto dimensão da formação e o exercício profissional, configura-se pelo trabalho do assistente social, sendo uma de suas atribuições. Tanto no campo de estágio como na universidade, essa relação dos estudantes vem permeada pelas dimensões pedagógicas, por articular ensino e serviço na efetivação da competência profissional. Faz um resgate de tudo o que foi falado em sala de aula, e liga com a realidade representada pelo público daquele local. Desta forma, a supervisão acadêmica promove a construção de respostas aos desafios do cotidiano através da unidade teoria-prática, da interdisciplinaridade e da intersetorialidade, em um incessante exercício capaz de qualificar análises e possíveis estratégias sobre essa área.

Neste contexto pensar a supervisão de estágio torna-se estratégico e exige o esforço crítico-reflexivo, por meio de uma formação profissional que se coloca para além da lógica instrumental no agir profissional (GUERRA, 2002).

3. O ESTÁGIO E AS CONDIÇÕES DE SUA REALIZAÇÃO PELOS ESTAGIÁRIOS NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFSC

Neste capítulo resgatarei a inserção do estágio no âmbito do curso de graduação em Serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O estágio na UFSC faz parte do currículo do curso de Serviço Social, como componente curricular obrigatório. O processo de ensino-aprendizagem deve buscar uma conciliação entre a profissão e a vida social, no qual preserva-se a competência crítica, sendo ela no âmbito da formação, como no exercício profissional. Entendendo que nesse espaço de formação profissional, o estudante deve ter um contato direto com a dinâmica social, de modo a colaborar para o ensino da prática profissional através da realização do estágio supervisionado.

3.1 O Curso de Serviço Social na UFSC e sua política de estágio

O curso de serviço social esteve junto à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC³, desde a sua fundação, no ano de 1960. A criação do Curso de Serviço Social em Florianópolis foi produto da articulação das entidades sociais Catarinenses, que se congregaram para instituir e manter a Fundação Vidal Ramos (FVR), cuja criação data de 3 de maio de 1958, assumindo a presidência o Sr. Celso Ramos, também presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, conforme Decreto nº 45.063 de 19 de dezembro de 1958,

Artigo único. É concedida autorização para o funcionamento do curso de serviço social da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina mantida pela Fundação Vidal Ramos e com sede em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina.

A FVR firmou convênio com a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, braço jurídico da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, sediada em Campinas, São Paulo, a qual enviou duas representantes assistentes sociais (Irmã Clementina Tonello e Madre Olma Aquino Casses, diretora e vice respectivamente) para organizarem e dirigirem a Faculdade de Serviço Social (FSS) de Santa Catarina. O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa

³ Lei nº. 3.849 de 18 de dezembro de 1960, que cria a Universidade Federal de Santa Catarina.

Catarina teve autorização para seu funcionamento em 1958, através do Decreto nº 45.063, de 19 de dezembro de 1958 da Presidência da República, quando foi iniciada suas atividades.

A Faculdade, de natureza laica, vinculada a uma Mantenedora que integrava sociedade civil, governo e classes patronais, mantinha, em seu Regimento, artigos que ancoravam a formação profissional à Doutrina Social da Igreja, característica está quase universal no Serviço Social Brasileiro. (GERBER, 2009, p. 139).

O artigo 2º do referido Regimento previa:

[...]Com base na Doutrina Social Cristã, são finalidades da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina: a) prover formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos; b) aperfeiçoar e propagar os conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social; c) contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais (REGIMENTO INTERNO, 1958, p. 01).

A Faculdade de Serviço Social, naquela época vinculada a FVR, teve sua primeira aula inaugural em março de 1959, e logo em seguida, no ano de 1961, é agregada a estrutura da recém-criada Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Logo após houve o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), conforme o Decreto nº 50.868, de 29 de junho de 1961. A partir de 1970, a UFSC passou a organizar e unificou o vestibular, e os laços entre o curso e a universidade se estreitaram. E, em 1980, ocorreu de forma definitiva inclusão do Curso de Serviço Social na UFSC, vinculando-se ao Departamento de Direito Público e Social do Centro Socioeconômico, mas houve negociações para que o Curso de Serviço Social ficasse vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) (GERBER, 2009).

Em 1970, é implantado o primeiro currículo, que foi construído com base no currículo mínimo, que está disposto no Parecer nº 242/70 e Resolução nº13/0370. Este currículo foi dividido em dois ciclos, a partir da 4º fase, as disciplinas de estágio eram desenvolvidas ligadas ao ciclo profissionalizante do curso, que se estendia até a 8º fase, por cinco semestres consecutivos:

Na quarta fase era realizado apenas para observação, para entender e conhecer a instituição. Na quinta fase desenvolvia-se estudo de entidades, diagnósticos, e tratamento de casos menos complexos. Neste momento, o acadêmico era introduzido em atividades de pesquisa, entrevistas, reuniões e documentação. A sexta fase era destinada a dar continuidade ao trabalho exercido na quinta fase, porém dando ênfase ao Serviço Social de grupo, através de orientação e coordenação de grupos sociais. Na sétima fase orientava-se os acadêmicos a dar continuidade ao trabalho feito na fase anterior, porém dando ênfase neste momento ao Serviço Social de casos. Na oitava fase o estagiário tem oportunidade de aprofundar a prática do

Serviço Social através de reflexão e análise dos processos aplicados nos programas e/ou projetos em desenvolvimento no seu campo de estágio. Em todas as fases o acadêmico deveria entregar os trabalhos necessários para avaliação como: plano de estágio, diário de estágio, relatório dos trabalhos desenvolvidos, relatório de avaliação semestral. Ficando a avaliação a cargo do professor orientador e do supervisor que encaminhava uma nota a universidade. (CARNEIRO, 2010, p. 33)

Neste período, vivíamos o processo de implementação do 1º currículo de Serviço Social em Santa Catarina, também se desencadeava o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, sendo impulsionador desse processo os Encontros de Araxá que ocorreu em 1967 e Teresópolis que ocorreu em 1978. Segundo Netto, (1991, p. 159), dentre outros processos onde se desenvolveu o movimento de renovação da profissão que culminou com uma ruptura com o Serviço Social tradicional e que teve no Congresso da Virada, em 1979, uma das expressões da materialização da perspectiva crítica no Serviço Social brasileiro.

Nesse cenário de transformação histórica da profissão, se viu a necessidade de revisão do currículo mínimo do curso de Serviço social, para que os profissionais se capacitassem dentro da nova base teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Em 23 de setembro de 1982, o Conselho Federal de Educação, aprovou por meio da Resolução nº 06/1982, Parecer 37 nº 412 a proposta de currículo mínimo⁴ para o curso.

Assim, houve uma organização na estrutura do estágio curricular, foi assegurada na resolução a obrigatoriedade do estágio, e a vinculação da sua carga horária mínima de 10% da carga horária total do curso, onde cada unidade de ensino poderia definir a carga horária no seu currículo. Porém teriam dois anos para se adequar, mais foi somente em 1985 que o curso de Serviço Social da UFSC adotou o currículo mínimo, no qual estabeleceu o estágio supervisionado em dois semestres, 7º e 8º fases, determinando uma carga horária de 540 horas.

Essa implantação do currículo mínimo se deu no processo histórico, conforme emergência da própria realidade brasileira e de como as expressões da questão social vão assumindo novas determinações, exigindo uma resposta política, técnica e ética da categoria profissional.

⁴ A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) trabalhou por vários anos juntamente com as unidades de ensino, sobre as diferentes temáticas sobre a formação profissional do assistente social. Foi encaminhado para as Convenções Nacionais da categoria realizado em Belo Horizonte e Natal. Como resultado foi elaborado um documento básico, que foi transformado em proposta de revisão curricular e encaminhada ao Conselho Federal de Educação. Esse documento subsidiou a elaboração do currículo mínimo aprovada pelo CFE em 1982.

Em 1990, o curso de Serviço Social da UFSC inicia um processo de revisão do currículo, e essa nova proposta foi adotada em 1991, a partir de uma reforma curricular parcial. Nesse novo currículo, o estágio supervisionado teve um destaque. O currículo era contemplado pelas disciplinas de Prática Investigativa I, II, III e VI e Projetos de Pesquisa I e II que possibilitou uma interlocução com a realidade econômica cultural e sócio-política perante a prática profissional, possibilitando assim uma instrumentalização para as escolhas de estágio supervisionado (CARNEIRO, 2010).

Em 1994, ocorreu a realização de um evento para avaliação da formação profissional do curso de serviço social da UFSC, se levantou reflexões acerca do desenvolvimento do processo de estágio supervisionado. Paralelo ao que já vinha se discutindo para os cursos de serviço social pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço social (ABESS), que já discutia a necessidade de uma nova revisão do currículo mínimo que estava vigente desde 1982.

As revisões das novas diretrizes curriculares foram finalizadas e publicadas pela ABEPSS em 1996, o currículo vigente no curso de Serviço Social da UFSC era o de 1991 que tinha base no currículo mínimo de 1982. E assim, em 1999, o curso de Serviço Social da UFSC, implementa nova proposta curricular com base nas diretrizes curriculares de 1996. Neste currículo, estava proposto a supervisão de estágio I, II e II, como disciplina do currículo com quatro créditos. Devido a alguns fatores, levaram à adaptação do currículo em relação ao estágio curricular supervisionado e supervisão acadêmica em serviço social.

Após esta avaliação das questões do currículo de 1999 e das novas entradas no curso em 2000.2 realizou-se uma adaptação. Na qual uma das adaptações do currículo foi quanto a necessidade de se reduzir o estágio supervisionado obrigatório podendo atender assim a toda nova demanda de acadêmicos do serviço social frente ao escasso leque de opções de estágio (CARNEIRO, 2010, p. 55).

Nesse contexto, a disciplina de estágio foi reduzida a apenas um semestre com carga horária de 450h e, para os estudantes que não conseguissem atingir a carga horária, havia opção de cursar o estágio supervisionado complementar com 144 horas.

A proposta do currículo de 1999 enfrentou diversas dificuldades, principalmente no que se refere ao estágio supervisionado, somando-se a este processo difícil, houve duas importantes conquistas do Departamento de Serviço Social: a criação do Programa de Pós-Graduação em 2001 com o Curso de

Mestrado e em 2011 com o Curso de Doutorado. Em 2006, foi novamente reestruturado o currículo⁵, fazendo adequações nas disciplinas de estágio supervisionado. Uma das adequações foi o desmembramento do estágio supervisionado obrigatório em estágio supervisionado obrigatório I com 306 horas e estágio supervisionado obrigatório II com 144 horas, matérias desenvolvidas consecutivamente nas 7º e 8º fases do curso, inserindo novamente a supervisão pedagógica de estágio curricular obrigatório I e II. Nesse mesmo currículo foi oficializado também a criação das disciplinas de estágio supervisionado não obrigatório I e II, ambas com carga horária de 225 horas e supervisão acadêmica I e II com carga horária de 36 horas.

Em 2008, desencadeou-se um novo processo de revisão curricular que culminou com a construção do atual Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social⁶, implantado a partir do semestre 2013.2.

O atual Projeto Pedagógico foi construído por um coletivo de docentes e discentes do Departamento de Serviço Social. Foi construído através de uma série de avaliações gerais e específicas com professores, acadêmicos e supervisores de estágio, seminários e oficinas temáticas conduzidas por docentes do departamento, através de um processo de sistematização longo, que reuniu no Projeto diferentes expectativas por uma mudança na organização da estrutura e no funcionamento do Curso de Graduação em Serviço Social.

O processo de organização do curso e da formação profissional se deu em uma série de expectativas, sendo elas

a necessidade de superação do modelo didático-pedagógico tradicional; a adoção de metodologias de ensino-aprendizagem em que o debate e o ensino da prática com a vivência de situações do trabalho profissional tivessem lugar de destaque; o constante compromisso e motivação dos sujeitos; a necessidade de um quadro conceitual (teórico-metodológico) mais bem definido e articulado, expresso nas ementas e programas das disciplinas, superando os chavões e a fragmentação do saber; e uma relação interdisciplinar mais estreita e direcionada aos objetivos e diretrizes do Curso, particularmente no que se refere às disciplinas lecionadas por outros departamentos. Está neste horizonte a ampliação dos projetos interdisciplinares com os demais cursos da UFSC que envolvam ensino, pesquisa e extensão. (PPC, 2013, p.09)

⁵ Currículo reestruturado com base na Resolução nº 15, de 13 de março de 2002 do MEC.

⁶ O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social 2013, deu-se início da sua implementação com os ingressantes de 2013.2, período este em que o currículo de 1999 começou a se extinguir. No ano de 2016, os dois currículos conviviam juntos na organização acadêmica do curso de Serviço Social, sendo que em 2017 foi oferecida a última turma (8º fase) do currículo de 1999.

Já no primeiro semestre de 2009, os professores e estudantes se juntaram para um debate acerca das Diretrizes Curriculares da ABEPSS na matriz curricular do Curso de Serviço Social da UFSC. E, no segundo semestre de 2009, houve inúmeras avaliações do curso com os professores, os supervisores de estágio e os estudantes, para uma análise mais detalhada, foi considerada a expectativa dos estudantes, acerca do conteúdo, como segue:

Fases: 1ª, 2ª e 3ª - conteúdo: Fundamentos, Método e História. Indicadores de Avaliação: Mudanças na visão de mundo/realidade-sociedade; Mudanças do senso comum para o saber científico (compreensão das Teorias Sociais); Visão anterior do Serviço Social e concepção atual;

Fases: 4ª, 5ª e 6ª - Conteúdo: Estado, Política Social e Trabalho Profissional. Indicadores de Avaliação: Apreensão da particularidade da profissão para o exercício profissional; Compreensão da relação Política Social-Espaço Institucional-Profissão; Conjunto das disciplinas cursadas até a fase habilita para pensar e intervir na realidade social;

Fase: 7ª - Conteúdo: Mediações Trabalho Profissional e Formação Profissional. Indicadores de Avaliação: Apreensão da particularidade da profissão para o exercício profissional no cotidiano; Conjunto das disciplinas cursadas até a fase habilita para pensar e intervir na realidade social; Compreensão do estágio supervisionado na formação profissional;

Fase: 8ª - Conteúdo: Síntese do Processo de Formação Profissional. Indicadores de Avaliação: Apreensão da particularidade da profissão para o exercício profissional no cotidiano e reconhecimento das novas demandas; o Conjunto das disciplinas cursadas até a fase habilita para pensar e intervir na realidade social; Compreensão do estágio supervisionado na formação profissional; Estágio e TCC como desencadeadores da síntese do processo de formação profissional; Lugar e carga horária do Estágio Supervisionado e TCC na matriz curricular (DSS/UFSC, 2013, p. 11)

Foi planejada uma proposta pedagógica através de avaliações com os diferentes sujeitos envolvidos com o curso de serviço social, houve diferentes atividades no decorrer dos anos para que pudessem discutir sobre o Projeto Pedagógico.

Na matriz curricular, houve uma proposta de ampliação da carga horária de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos, distribuindo seu conteúdo em três semestres; a ampliação da matéria de Pesquisa em Serviço Social entendendo sua importância no processo de formação e por ser uma dimensão importante da prática profissional; a organização, a ampliação e redimensionamento da carga horária das atividades de estágio e das disciplinas de supervisão acadêmica. Outro ponto importante de mudança foi o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) que se desdobra em duas disciplinas, para articular melhor os conhecimentos teóricos metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, relacionando-os com a realidade social, as respostas profissionais e a produção do conhecimento.

Nesse novo processo da aprovação do Projeto Pedagógico, foi definido que o estágio supervisionado não obrigatório só poderá ser cursado por estudantes a partir da 5ª fase⁷, no currículo de 2013.2, as cargas horárias de estágio não obrigatório e supervisão acadêmica I e II foram mantidas. Já no estágio supervisionado obrigatório e supervisão acadêmica foi dividida em I, II e III, com a carga horária nos dois primeiros em 216 horas e no terceiro a carga horária de 180 horas. A disciplina de supervisão acadêmica para os três semestres de estágio ficou com 72 horas cada (UFSC-DSS 2013, p. 27).

3.2 O estágio na proposta pedagógica de 2013.2 do Serviço Social da UFSC

O estágio no curso de Serviço Social da UFSC tem como direção social os princípios previstos no projeto ético-político, a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; a garantia da ética como elemento transversal à formação do(a) assistente social; a articulação entre formação e exercício profissional; a indissociabilidade do estágio e supervisão de campo e acadêmica, articulação universidade-sociedade, unidade teoria-prática, interdisciplinaridade e articulação ensino, pesquisa e extensão (UFSC-DSS, 2013).

Segundo o atual Projeto Pedagógico,

O curso de Serviço Social pretende formar profissionais que atuem crítica e competentemente nas expressões da questão social especialmente no âmbito das políticas públicas, nos processos Socioassistenciais, político-organizativos, planejamento e gestão, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de contribuir para o exercício pleno de cidadania, viabilizando a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (UFSC-DSS, 2013, p. 12).

O estágio organizado em consonância ao Projeto Pedagógico, definiu-se que o estágio supervisionado não obrigatório “somente será autorizado para os estudantes a partir da 5ª Fase”, no currículo vigente, desde 2013.2, as cargas horárias cumpridas em campo de estágio no estágio não obrigatório mudaram, e na supervisão acadêmica de estágio não obrigatório I e II foram mantidas em 36 horas. Porém, ocorreu alteração significativa no estágio supervisionado obrigatório e sua

⁷ Sendo obrigatório o cumprimento de todas as disciplinas até a 4ª fase. O estágio curricular supervisionado não obrigatório é validado como disciplina optativa na matriz curricular.

respectiva supervisão acadêmica, sendo dividida em I, II e III, com carga horária em campo de estágio nos dois primeiros momentos de estágio são de 216 horas e o último com carga horária de 180 horas, já a carga horária da disciplina de supervisão acadêmica, para os três semestres de estágio, ficou com 72 horas cada.

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, o estágio tem como perspectiva consolidar o processo de articulação entre teoria e prática, capacitando o estudante/estagiário a intervir nas diferentes expressões da questão social. Inserindo o estudante nos espaços sócio institucionais, tendo como objetivo capacitá-los para o exercício da profissão, o que pressupõe supervisão sistemática.

O estágio supervisionado é uma das atividades obrigatórias para integralização do currículo, sendo desenvolvido em organizações e/ou instituições sociais habilitadas pela Coordenadoria de estágio do curso, nos termos da Lei de Regulamentação da Profissão e do código de ética Profissional. O estágio curricular é concomitante ao período letivo escolar e tem seus critérios de avaliação determinados pelas Diretrizes de Estágio do Curso (UFSC-DSS, 2013, p.27).

Além disso, o Regulamento de Estágio em Serviço Social da UFSC tem como objetivo orientar e assegurar a importância da disciplina de estágio supervisionado, as relações que se estabelecem a partir dela, os papéis e funções dos sujeitos envolvidos e o perfil profissional que estes se propõem a construir. Conforme o artigo 4º do Regulamento de Estágio em Serviço Social da UFSC (2016, p.33), o estágio tem como finalidade

- I. A capacitação crítico-analítica necessária no processo de formação no que diz respeito especialmente ao deciframento das particularidades sócio institucionais e à elaboração criativa de estratégia de intervenção, comprometida com as proposições ético-políticas do projeto profissional;
- II. O desenvolvimento de postura investigativa como inerente à sistematização teórico-prática do exercício profissional, em relação à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional;
- III. A construção da síntese entre as dimensões operativas, investigativas e ético-políticas da ação profissional, reveladora da unidade entre teoria e prática no Serviço Social;
- IV. A potencialização da articulação entre ensino – pesquisa – extensão, no processo de formação profissional;
- V. A articulação entre UFSC, a comunidade, os movimentos sociais, as organizações públicas, privadas e/ou não-governamentais;
- VI. A produção de subsídios para avaliação do projeto pedagógico do Curso de Serviço Social.

De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE), o estágio se caracteriza pela atividade teórico-prática, por meio da inserção dos estudantes nos espaços sócio institucionais, onde atuam os assistentes sociais. Sobre o estágio curricular supervisionado não obrigatório, ele está previsto tanto na Lei nº 11.788/2008 como

também na Resolução do CFESS nº 533/2008, do mesmo modo, configura-se como atividade complementar, de caráter opcional, e que deve estar previsto pelas unidades de ensino em seu projeto pedagógico.

Conforme consta no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, que foi aprovado em 2013, no Curso de Serviço Social da UFSC, a disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio Não Obrigatório poderá ser computada como carga horária de disciplina optativa. Por sua vez, os estágios não obrigatórios I e II serão considerados atividades extras curriculares, conforme regulamentação específica, no qual os estudantes podem se matricular a partir da 5ª fase, se cumprido todos os pré-requisitos estabelecidos.

O estágio supervisionado em sua estrutura político-institucional e organizacional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), se dá através do Departamento de Integração Acadêmica e Profissional (DIP), sendo ele que está diretamente envolvido com os programas de Estágio, da Monitoria, da Educação Tutorial (PET) e de Egressos da UFSC. As atividades de estágio, segundo a regulamentação⁸ estão relacionadas com esses programas, sendo a definição de políticas da UFSC. São de competência da DIP/PROGRAD:

Coordenar as atividades de estágio junto aos órgãos internos e externos à Universidade; Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável aos estágios; Gerenciar a distribuição de recursos entre as Coordenadorias de Estágios, de acordo com as suas peculiaridades e necessidades; Elaborar, com a participação dos Coordenadores de Estágios dos Cursos, Departamentos e/ou Unidades Universitárias, proposta de alteração do Regulamento, submetendo-a a aprovação da Câmara de Ensino de Graduação e ao Conselho Universitário; Articular-se com outros órgãos da Universidade para firmar Convênios e tratar de assuntos gerais relativos a estágios; Manter cadastro dos campos de estágios; Apoiar as Coordenadorias de Estágios na obtenção e divulgação de oportunidades de estágios e programas de ensino cooperativo; Emitir certificados de estágios, quando solicitados pelos Coordenadores de Estágios; Apresentar, anualmente, relatório de atividades de estágio à Pró-Reitora de Graduação da UFSC (UFSC, 2014).

Porém, cabe a cada coordenadoria de estágio de cada curso de graduação, buscar por novas vagas a serem ofertadas aos estudantes, além do acompanhamento institucional e pedagógico do estágio e junto aos campos de estágio. Conforme são apontadas historicamente nos Relatórios do Departamento do Curso de Serviço Social, no ano de 1994, é citado por Carneiro (2010, p. 47)

⁸ A UFSC tem uma regulamentação sobre o estágio.

Após analisar pontos levantados no encontro entre supervisores, professores e acadêmicos, em uma nova reunião os professores definiram os pontos que seriam encaminhados à coordenação de estágio: a) Depuração do relatório de avaliação de modo a encontramos pontos de estrangulamento observados pelos três segmentos envolvidos na disciplina de estágio supervisionado; b) Recuperação da coordenação de estágio enquanto instância responsável pela área do estágio no Departamento de Serviço Social, sobretudo no que diz respeito aos campos de estágio, reestabelecendo a autoridade e criando nova relação com os supervisores; c) Recuperação de Atribuições pedagógicas da disciplina, com discussões consequentes acerca do que é disciplina, seu planos e horários...; d) Estudo de mecanismo de convênio com o campo de estágio; e) Visitas ao campos de estágio e maior entrosamento com as áreas de atuação...; f) Valorização do corpo de supervisores, articulando com a Comissão de Mestrado, cursos de atualização e/ou seminários (Relatórios do Departamento 1994 s/p apud CARNEIRO, 2010, p 37).

A necessidade de aproximação entre supervisor de campo e supervisor acadêmico é uma demanda histórica e de suma importância, pois é uma forma importante e necessária de consolidar a relação entre teoria e prática na formação do estagiário. Nota-se a importância de visitas institucionais, tanto para abertura de novos campos de estágio como de campos antigos que já fizeram parceria com o Departamento de Serviço Social (DSS) da UFSC, pois esse vínculo é importante, para se consolidar uma articulação entre a teoria e prática na formação dos estagiários.

Porém, em seu contexto atual, vem sendo realizado em todos os semestres os Fóruns de Supervisão de Estágio, que permite uma aproximação entre os supervisores acadêmicos, supervisores de campo e estagiários. Que é de suma importância para o acompanhamento formativo dos estudantes de Serviço Social, mesmo percebendo que esses fóruns não são suficientes para as demandas de estudantes de Serviço Social, conforme coloca o Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social da UFSC, 2013.

O Fórum de Supervisão de Estágio é de caráter pedagógico e presencial, sendo de suma importância, pois esse espaço político-organizativo em torno da necessária articulação entre exercício e formação profissional, na unidade de ensino, o Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social é promovido com periodicidade semestral, onde se encontram supervisores de campo, supervisores acadêmicos e estagiários, esses encontros são de suma importância, reconhecido como estratégia importante e necessária na condução do processo ensino/aprendizagem do estagiário. Entendendo que na atual conjuntura em que

vivemos, nota-se uma educação de ensino superior precarizado e sucateado, o qual tem afetado historicamente na formação profissional dos estudantes, em especial os de Serviço social, sendo um fator importante para explicar a baixa adesão por parte dos supervisores de campo e estagiários em um espaço enriquecedor de trocas de saberes (DSS-UFSC, 2019).

A edição do Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social do semestre de 2019.1, ocorreu no dia 24 de abril de 2019, tendo como tema “Supervisão de Estágios em Serviço Social: as questões do cotidiano da formação e do exercício profissional” e objetivo geral: “identificar e debater as questões do cotidiano do estágio supervisionado em Serviço Social na perspectiva dos diferentes sujeitos”.

Sendo uma demanda que vinha sendo conduzida desde o segundo semestre de 2018, e que foram identificadas cotidianamente no âmbito da coordenação de estágios. A metodologia adotada nessa ocasião teve as seguintes ações:

- a) Abertura e breve contextualização do tema e objetivo geral.
- b) Organização de grupos de discussão compostos pelos três (03) segmentos de sujeitos envolvidos com o estágio supervisionado presentes:
 - Grupo 1: Estagiários (as) e demais estudantes de Serviço Social;
 - Grupo 2: Supervisores (as) de campo e demais profissionais;
 - Grupo 3: Supervisoras acadêmicas e demais docentes.
- c) Socialização da síntese dos grupos de discussão.
- d) Debate e encaminhamentos.
- e) Encerramento. (DSS/CSE/UFSC).

No momento de construção, cada um dos grupos de discussão contou com o tempo de 1h30min para debater em torno de duas questões norteadoras: 1- Quais as questões identificadas no estágio supervisionado em Serviço Social? e 2- Quais estratégias poderiam ser promovidas para o enfrentamento dessas questões em curto, médio e longo prazo?

Neste momento, o primeiro semestre de 2019.1, conforme destaca o Relatório, foram aprovados 109 estágios em Serviço Social registrados junto ao Sistema de Informação para Acompanhamento e Registro de Estágios (SIARE), nas modalidades obrigatório e não obrigatório, envolvendo aproximadamente cem (100) instituições campo de estágio situadas, principalmente, no município de Florianópolis no estado de Santa Catarina (SC), e Grande Florianópolis. Considerando o registro de participantes, percebe-se que mais da metade das instituições campo de estágio

esteve representada por supervisores (as) de campo e estagiários (as) de Serviço Social no Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social 2019.1.

Sabendo que o estágio supervisionado se fundamenta em uma atividade educativa obrigatória no processo de aprendizagem teórico e prático, se vê a importância da visita pedagógica, para reconhecer a realidade institucional do campo de estágio e fortalecer a articulação entre estagiário, supervisão de campo e supervisão acadêmica. Com essa aproximação entendemos a importância do exercício da construção da identidade profissional do estagiário e suas competências técnica, política e ética, tendo como eixo norteador o projeto ético-político da categoria.

O estágio curricular supervisionado é um “instrumento fundamental na formação e análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social e suas contradições” (ABEPSS, 2009, p. 11).

Outro ponto para destacar, é a organização didático pedagógica, que se dá através da Política Nacional de Estágio (PNE), proposta pela ABEPSS (2010) e através do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC (2013.2), nesses dois documentos se constitui referências básicas para organização e dinâmica do estágio. O PPC defende a articulação do estágio com os demais componentes curriculares tais como a oficina de preparação ao estágio, oficina de análise institucional, disciplinas como instrumentalidade e competências profissionais em serviço social, ética profissional do serviço social, pesquisa em serviço social, entre outras disciplinas ligadas a esse momento, respeitando os pré-requisitos previstos na matriz curricular. Seguindo o mesmo sentido, deverá ocorrer em consonância a matrícula dos estudantes na disciplina de supervisão pedagógica de estágio curricular supervisionado obrigatório e não obrigatório, no qual deverá ocorrer em consonância a realização dos estágios curriculares supervisionados obrigatório ou não obrigatório.

A organização didático-pedagógica do estágio, faz com que o estudante tenha uma aproximação com as dimensões investigativa e interventiva de uma forma crítica, criativa e propositiva. Neste processo de supervisão de estágio em Serviço Social o estagiário é acompanhado por um supervisor acadêmico e um supervisor de campo, assistente social que atua em uma instituição, e a relação de ambos é de natureza pedagógica. Quanto à organização das turmas de supervisão

acadêmica, a Coordenadoria de Estágio nos informou como funciona as turmas, informando que não pode passar de 15 estagiários por turma, sendo subdividida por temáticas e divididas por área de atuação do Serviço Social. Esse formato foi uma decisão pedagógica que está sendo implantada no curso e vem sendo construída a cada semestre.

Os campos de estágio são divididos por áreas temáticas, sendo nesse momento seis áreas, sendo elas; Sociojurídico com 7 campos, Saúde com 16 campos, Assistência Social com 48; Criança e Adolescente com 11 campos; Educação com 20 campos; Controle Social com 8 campos; Gestão do Trabalho sendo apenas 1 campo; Habitação com 3 campos e dois campos de estágio não especificados. Já na Supervisão Acadêmica são no decorrente semestre quatro turmas que contam com alunos/estagiários de fases distintas, dividindo aquele momento de troca de saberes. Contando com uma turma com 14 alunos/estagiários na área da saúde, quatro turmas com 53 alunos/estagiários na área da Assistência Social, três turmas com 35 alunos/estagiários na área da Educação, Infância e Juventude e uma turma com 14 alunos/estagiários na área de Participação Social e controle democrático.

O estágio curricular supervisionado é considerado um espaço privilegiado da aprendizagem, pois através dele se dá a ligação teoria-prática, conforme descrito na Diretrizes Curriculares da ABEPSS, sendo “atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção dos estudantes no espaço sócio ocupacional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que supõem supervisão sistemática” (ABEPSS/CEDEPESS, 1997, p.71).

O estágio supervisionado curricular obrigatório, sendo o estágio que compõe a matriz curricular do curso, é uma das atividades curriculares obrigatórias que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Para que possa realizar o estágio supervisionado obrigatório, tem que ter realizado todas as disciplinas até a 5º fase.

Constituindo-se como componente curricular obrigatório, para finalização da graduação, sendo definido como pré-requisito no Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social. O estágio obrigatório é oferecido em três níveis, que totaliza três semestres, sendo computada 612 horas, distribuída em estágios I, II e III e na supervisão acadêmica a exigência da carga horária mínima é de 72 horas por

semestre, além de ser dividido por temáticas, conforme descrito no Projeto Pedagógico 2013.2, as atividades de cada fase de estágio obrigatório: sendo Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I que tem como foco o reconhecimento e análise do espaço sócio ocupacional, o assistente social como trabalhador assalariado, mercado de trabalho e as condições de trabalho, conhecimento do exercício profissional e suas dimensões ético-políticas, técnico-operativa e teórico-metodológica, além da orientação para elaboração do plano de estágio; Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II, tem como foco o exercício profissional, as demandas, os serviços oferecidos, a interface com as políticas setoriais e o modelo de gestão institucional, a problematização e orientação do exercício profissional em face do Projeto Ético Político Profissionalizante, além da orientação para elaboração do projeto de intervenção profissional. E, a Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III⁹ tem como foco a orientação e avaliação da experiência de estágio, proposição de alternativas à intervenção profissional e proposição de alternativas, exercício profissional e supervisão de estágio, elaboração do relatório final.

As aulas de supervisão acadêmica de cada semestre se subdividem em trabalhos planejados para aquele momento de iniciação até final do estágio. Conforme descrito na Resolução do CFESS, nº 533, de 29 de setembro de 2008

Art. 4º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social estabelece-se na relação entre unidade acadêmica e instituição pública ou privada que recebe o estudante, sendo que caberá: I) ao supervisor de campo apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino incluindo sua proposta de supervisão, no momento de abertura do campo de estágio; II) aos supervisores acadêmico e de campo e pelo estagiário construir plano de estágio onde constem os papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, no início de cada semestre/ano letivo.

Todos os semestres são elaborados o diário de campo, registrando as observações dos fatos concretos, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais, reflexões e comentários da realidade vivenciada, o que é entendido como

[...] um documento pessoal-profissional no qual o estudante [profissional] fundamenta o conhecimento teórico-prático, relacionando com a realidade vivenciada no cotidiano profissional, através do relato de suas experiências e sua participação na vida social (LEWGOY, SCAVONI, 2002, p.63).

⁹ Conforme citado a cima nas disciplinas de Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I, II e III, sua temática e atividades avaliativas foram retiradas do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço social da UFSC.

Além do “Plano de estágio”, que é um documento elaborado na Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I, pelo estudante/estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico que deve conter as atividades e objetivos que serão desenvolvidos durante o semestre letivo, documento esse que servirá como norteador do processo ensino aprendizagem. Observando a importância de destacar o art. 4º da Resolução nº 533 do CFESS, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, e define que para realização do estágio faz-se necessário a existência de um projeto de trabalho da unidade de formação acadêmica e um plano de estágio no âmbito da instituição, além dos relatórios dos/as estudantes. Explicando que tais exigências são de suma importância para assegurar que o estágio seja uma atividade pedagógica específica no processo de formação.

Na Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II, além do diário de campo, tem que elaborar também o “Projeto de Intervenção - PI”, documento elaborado pelo aluno dentro do campo de estágio, onde terá que levantar uma demanda existente e urgente e fazer uma proposta de intervenção sobre a questão observada no campo de estágio e na Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III, também contamos com diário de campo para descrever atividades e a execução do “PI” descrito no planejamento do projeto elaborado no semestre anterior. Serão desenvolvidas habilidades sistematização da prática profissional, avaliação do desenvolvimento dos projetos, impacto da atuação profissional junto ao público alvo, limites e possibilidades analisadas no campo de estágio.

O processo de supervisão acadêmica se dá através de encontros semanais, com atividades em grupos e também por orientações individuais. Tanto os supervisores de campo, como o supervisor acadêmico, poderão adotar diferentes formas de comunicação, para acompanhar as atividades de estágio. Outra estratégia é a articulação entre os sujeitos envolvidos no estágio e a realização do Fórum de Supervisão de Estágio que é organizada pela coordenação de estágio do curso, e ocorre semestralmente.

A carga horária das atividades nos campos de estágio devem ser de no mínimo 06 horas e no máximo de 30 horas semanais, conforme especificado na lei do estágio. Conforme Art. 10, inciso §2º

A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu

representante legal, devendo constar no termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

A organização do estágio no currículo atende as normativas institucionais que regulam o cumprimento do componente na formação profissional. Porém, outras formas podem ser implementadas, visando atender os princípios e objetivos previstos no PPC e na PNE. Entendendo que nesse contexto de formação, pode ser considerada a criação de grupos temáticos, onde estudantes de diferentes campos de estágio, fase do curso e área de atuação podem estar inseridos.

No que se refere à Lei 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes, é regulamentado as modalidades de estágio obrigatório e não obrigatório apresentados, respectivamente, no artigo 2º, parágrafos 1º, como sendo:

O estágio obrigatório é aquele definido como requisito para a conclusão do curso nos termos do §1º, do art. 2º, da Lei nº 11.788/2008 e do § 2º, do Art. 1º, da Resolução 20/2015 - CCEPE. Ou seja, é aquele apresentado como disciplina específica, definido no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Já o estágio supervisionado curricular não-obrigatório (I e II), se configura no curso de Serviço Social como atividade complementar e ter cumprido todos os pré-requisitos descritos na matriz curricular, essa disciplina, e tem que estar em consonância com as disciplinas de supervisão acadêmica de estágio (não obrigatório I e II), à carga horária regular e obrigatória é de 225 horas, conforme determinado pela Lei 11.788/2008. Ocorrerá somente depois de cumprir os pré-requisitos estabelecidos na matriz curricular. Sendo uma atividade de caráter opcional, a atividade extracurricular, poderá ser computada como horas de atividades complementares, obedecendo ao Regulamento aprovado no Colegiado do Curso de Graduação em Serviço social, sendo computada 20% da carga horária de estágio curricular não obrigatório. Ao ser assumido pelas universidades federais, o estágio não obrigatório deve estar assegurado no seu projeto pedagógico como atividade curricular optativa, integrante dos componentes complementares da formação profissional.

Nessas duas disciplinas as atividades a serem desenvolvidas, conforme especificado no PPC, são:

SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO I:
Preparação para o Estágio Obrigatório. Contextualização e observação da

realidade social produtora das demandas do Serviço Social. Aproximação empírica dos diferentes espaços institucionais nos quais se exerce o Serviço Social. O processo de supervisão de estágios. Desenvolvimento de habilidades para registro das atividades do Serviço Social. SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO II: Mercado de trabalho e espaços institucionais do exercício profissional do Serviço Social. O desenvolvimento de habilidades no planejamento para a intervenção e avaliação do exercício profissional. Registro e sistematização do exercício profissional (UFSC/DSS, 2013, p. 53).

No que se refere à Lei 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes, é regulamentado as modalidades de estágio obrigatório e não obrigatório apresentados, respectivamente, no artigo 2º, parágrafos 2º, como sendo

O estágio não obrigatório é aquele realizado como atividade opcional, com o intuito de complementar a formação do estudante mediante a vivência de experiências próprias da atividade profissional (§ 3º, do Art. 1º, da Resolução 20/2015). Ou seja, desenvolvido como atividade opcional, poderá ser acrescido à carga horária regular e obrigatória como atividades complementares.

As leis, acima citadas, referente ao estágio obrigatório e não obrigatório, influenciam na formação profissional na medida em que trazem novos desafios para as unidades de ensino, diante dessas modalidades de estágio e o modo como este se realiza, devido aos diversos projetos pedagógicos das instituições de formação acadêmica (ABEPSS, 2010). Assim sendo, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) aprofundou o debate acerca da necessidade de se criar uma política nacional direcionada ao estágio. Discussões essas que resultaram, em 2010, na aprovação da Política Nacional de Estágio (PNE) com a finalidade de fundamentar o curso de Serviço Social “como estratégia na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social” (ABEPSS, 2010, p. 08). A formação acadêmica dos discentes no período de estágio deve fomentar espaços de discussões sobre o Serviço Social, visando à reflexão sobre o significado da profissão, das condições de trabalho dos profissionais e dos usuários dos serviços e ações das políticas sociais. Para tanto, é preciso que haja conhecimento dos fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e políticos do Serviço Social (GUERRA, 2002).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 define o Artigo 82

que o sistema de ensino estabelece normas para a realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino superior em sua jurisdição. No parágrafo único do mesmo artigo define que o referido estágio não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

O estágio não obrigatório é uma opção do aluno, e é compulsória a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada no campo e estágio, bem como a concessão do auxílio-transporte. Conforme descrita no artigo 12 da Lei nº 11.788/2008, o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

Já o estágio não remunerado, tem vínculo com o estágio obrigatório, a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação e auxílio-transporte é facultativa, segundo o art. 12 da Lei nº 11.788/2008).

Por se tratar de estágio curricular obrigatório, tornou-se usual que as instituições não ofereçam nenhum tipo de remuneração, o que pode ser mal interpretado por boa parte dos candidatos. Porém, por mais que o recebimento de um valor monetário seja realmente importante para os estudantes, é importante lembrar que o principal objetivo dessa atividade é o aprendizado. Considera-se que ingressar no meio profissional almejado e conseguir cumprir as exigências para se formar é extremamente importante, logo tais fatores devem ser levados em conta na hora de avaliar a oportunidade.

4. A PERCEPÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS EM RELAÇÃO AS SUAS CONDIÇÕES DE ESTÁGIO

Neste capítulo destacarei os instrumentos metodológicos aplicados para elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, do mesmo modo que estarão sendo representados graficamente os resultados da pesquisa empírica e sua relação com o levantamento teórico apresentado.

4.1 Indicações metodológicas da pesquisa

Através da motivação e justificativa desta pesquisa, podemos identificar que, à atitude investigativa se constitui da natureza do Serviço Social. Buscamos a resposta do problema apresentado, e nos leva a questionar a realidade social em que o assistente social realiza a supervisão direta de estágio. Conforme coloca Fraga (2010, p. 46), o serviço social é uma profissão investigativa e interventiva, [...] as análises de seus estudos e pesquisas precisam ser realizadas a partir de situações concretas e possuir utilidade social, não interessando o conhecimento realizado apenas com finalidade descritiva e contemplativa.

Conforme coloca Minayo e Gomes (2012):

Pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade (...) embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.

Neste sentido, o caminho metodológico a ser percorrido pelo pesquisador requer, a todo tempo, a indagação pelo desconhecido, sem perder de vista o momento em que ocorre a pesquisa, relacionando o sujeito a realidade em que se insere.

Pesquisa é exercício sistemático de indagação a realidade observada, buscando conhecimento que supere nossa compreensão imediata, com um fim determinado e que fundamenta e instrumentaliza o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas no contexto em que se insere e em relação à qualidade de vida do cidadão. (BOURGUIGNON, 2008, p.15)

Este estudo configurou-se como uma pesquisa de natureza qualiquantitativa. Conforme Giddens (2012), a pesquisa pode ser feita pelo método misto, qualitativo e quantitativo, de modo a obter uma compreensão e explicação mais ampla do tema

estudado. A natureza qualitativa da pesquisa possibilita aprofundar-se no mundo dos significados, interpretar a realidade social mediante a compreensão dos sujeitos pesquisados, contemplando uma aproximação com o objeto de estudo e a identificação dos elementos comuns no conjunto de informações obtidas em relação ao tema (MINAYO, 1993).

Quanto à abordagem quantitativa, os “[...] métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerão dados que podem ser generalizáveis” (GOLDENBERG, 2002, p. 63). A integração de dados quantitativos e qualitativos permitiu conhecer e compreender a realidade do tema estudado.

No presente estudo, realizou-se uma pesquisa de campo que, de acordo com Gonçalves (2001, p. 67),

[...] é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Para coleta de dados, optou-se pela elaboração do questionário buscando entender as percepções dos estudantes estagiários e identificar os aspectos relativos ao contexto histórico, realidade social, dilemas, polêmicas, estigmas, preconceitos. Segundo Gil (1999, p.128), o questionário apresenta vantagens sobre as demais técnicas de coleta de dados

a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Ainda, Santos (2010, p. 254) coloca que o questionário, enquanto instrumento de coleta de dados na pesquisa de campo caracteriza-se, [...] por conter um conjunto de itens bem ordenados e bem apresentados. Outra particularidade é a exigência de respostas por escrito e a limitação nas respostas, para melhor conhecer a percepção dos estudantes.

Tendo como objetivo principal deste Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), identificar as condições de realização do estágio supervisionado em serviço social da UFSC, acerca das condições da realização do estágio, no que se refere as

dificuldades dos estagiários e suas demandas. Para entender essas condições, foi formulado um questionário com 24 questões para coleta de dados, sendo 23 questões de múltipla escolha e uma questão aberta (em anexo). Foi utilizado a ferramenta Google Formulário e enviado via e-mail e WhatsApp aos 116 alunos que estavam cursando estágio no semestre 2019.2 no curso de Serviço Social da UFSC, convidando-os a participar da pesquisa. Deste total, 44 deles responderam ao questionário de coleta de dados, amostra que representa 37,9% do universo.

Em contato com a Coordenadoria de Estágio do curso de Serviço social da UFSC, foi repassado os campos de estágio e que são divididos em seis áreas temáticas e a caracterização dos estagiários público alvo desta pesquisa, com os seguintes dados.

São 116 estagiários no presente semestre de 2019.2, lotados em diversos campos de estágio que contemplam diversas áreas, esses estagiários são divididos em 9 turmas, sendo 6 turmas no período noturno e 3 turmas no período matutino. Essas turmas são compostas com no mínimo 10 estudantes e no máximo 14, foi pensado para que cada aluno matriculado na matéria de supervisão de estágio recebam um melhor acompanhamento nessa etapa do curso.

No ano de 2019.2, os 116 estudantes que estavam matriculados no estágio obrigatório I, II e III, 37 deles recebiam bolsas, sendo que esses estagiários estavam cumprindo o estágio nos mais variados campos. Separados por turma, os estudantes matriculados na Supervisão de Estágio Obrigatório I, dos 45 estudantes matriculados nas aulas, 12 deles recebem bolsa; na Supervisão de Estágio Obrigatório II, dos 36 estudantes matriculados nas aulas, 10 deles recebem bolsa; na Supervisão de Estágio Obrigatório III, dos 29 estudantes matriculados nas aulas, 09 deles recebem bolsa. Já os estudantes matriculados na Supervisão de Estágio Não-Obrigatório I, 2 estudantes recebem bolsa e na Supervisão de Estágio Não-Obrigatório II, 4 dos estudantes recebem bolsa.

Os campos de estágio são divididos por seis áreas temáticas, onde os estagiários estão cumprindo os semestres de estágio. Por área temática, no semestre de 2019.2, 07 dos estudantes estão cumprindo o contrato de estágio na área sociojurídica, na área da saúde são 16 estudantes cumprindo contrato de estágio, na área da assistência social são 48 estagiários, na área de criança, adolescente e juventude são 31 estagiários, na área do controle social são 8 estagiário, na gestão do trabalho apenas 4 estagiário cumpre contrato de estágio e

sendo que temos 2 estagiário cumprindo contrato de estágio em áreas que não foram especificadas.

A coleta e a análise dos dados seguiram os passos de sistematização dos dados, elaboração de gráficos, leitura exaustiva dos dados destacando aspectos relevantes para o conhecimento do objeto e, por fim, estabelecer articulações com a fundamentação teórica utilizada.

4.2 Sistematização e análise dos dados

Este item terá apresentação gráfica e análise dos dados coletados, de modo a evidenciar elementos da percepção dos estudantes em estágio no curso de Serviço Social da UFSC acerca das condições de realização do estágio em consonância com o levantamento teórico apresentado nos capítulos anteriores.

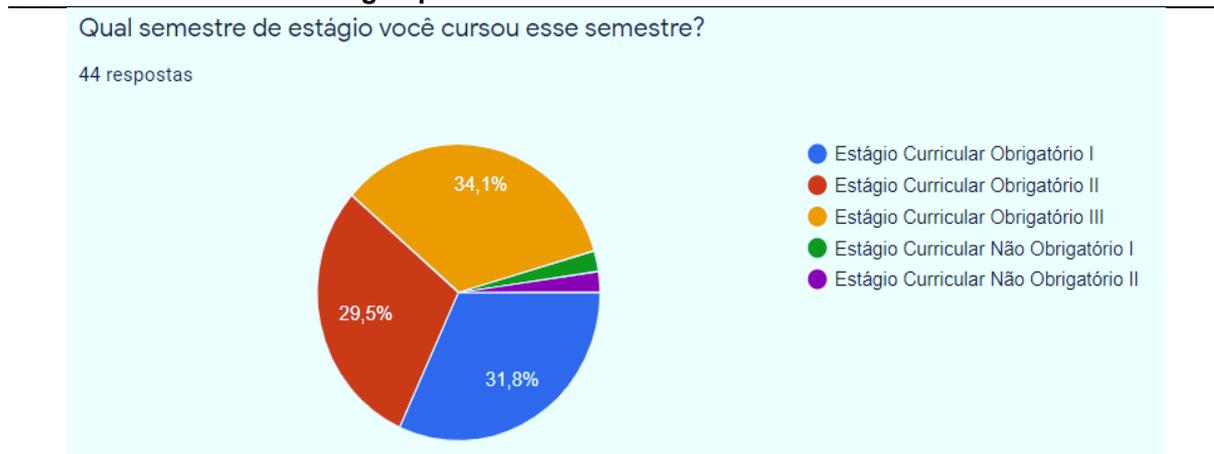
Todos os 44 estagiárias que responderam o questionário, concordaram em participar da pesquisa conforme já apresentado a cima.

Os dados da pesquisa foram organizados em quatro eixos, sendo eles:

1. Carga horária e remuneração nos campos de estágio;
2. Condições de deslocamento dos estudantes/estagiários para o campo de estágio, universidade e casa;
3. Condições de alimentação nos campos de estágio;
4. A percepção dos estagiários acerca do tratamento dado aos estagiários remunerados e não remunerados.

No primeiro bloco de perguntas, o objetivo era conhecer o perfil dos estudantes estagiários matriculados em Estágio Supervisionado em Serviço Social, sua carga horária e remuneração nos campos de estágio.

Sendo questionado através das perguntas do questionário, os 44 estagiários responderam qual semestre estavam cursando em 2019.2, sendo que 14 deles frequentam o Estágio Curricular Obrigatório I, no Estágio Curricular Obrigatório II são 13 estudantes estagiários matriculados, no Estágio Curricular Obrigatório III são 15 estudantes estagiários matriculados, já no Estágio Curricular Não Obrigatório I tem um estudante estagiário e no Estágio Curricular Não Obrigatório II também conta com 1 estudante estagiário. Conforme especificado no gráfico 1 abaixo, 95,4% dos que responderam ao questionário estão cursando estágio obrigatório.

Gráfico 1: Semestre de estágio que está cursando 2019.2

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme levantamentos do gráfico 2, o foco foi acerca da carga horária que os estagiários cumpriram no semestre. Dos 44 respondentes, todos responderam essa questão. Entre eles 23 ou 52,3% responderam que cumprem uma carga horária de 12 horas semanais, apenas um estudante estagiário respondeu que além das 12 horas ainda realiza hora extras, 13 deles ou 29,5% responderam que cumprem 20 horas semanais, 3 ou 6,8% responderam que fazem 30 horas semanais, um estudante estagiário respondeu que faz 10 horas semanais, um ou 2,3% respondeu que cumpre 16 horas semanais, um cumpre 15 horas semanais e um estudante estagiário relatou que cumpre no momento cerca de 20 horas semanais, conforme relata a seguir estagiário 1: “Estou fazendo cerca de 20h para recuperar as horas depois um mês sem campo de estágio devido ao fechamento do antigo campo. Porém sempre fiz 12h.”

Cada um dos estagiários tem suas particularidades por estar fazendo mais ou menos horas nos seus campos de estágio.

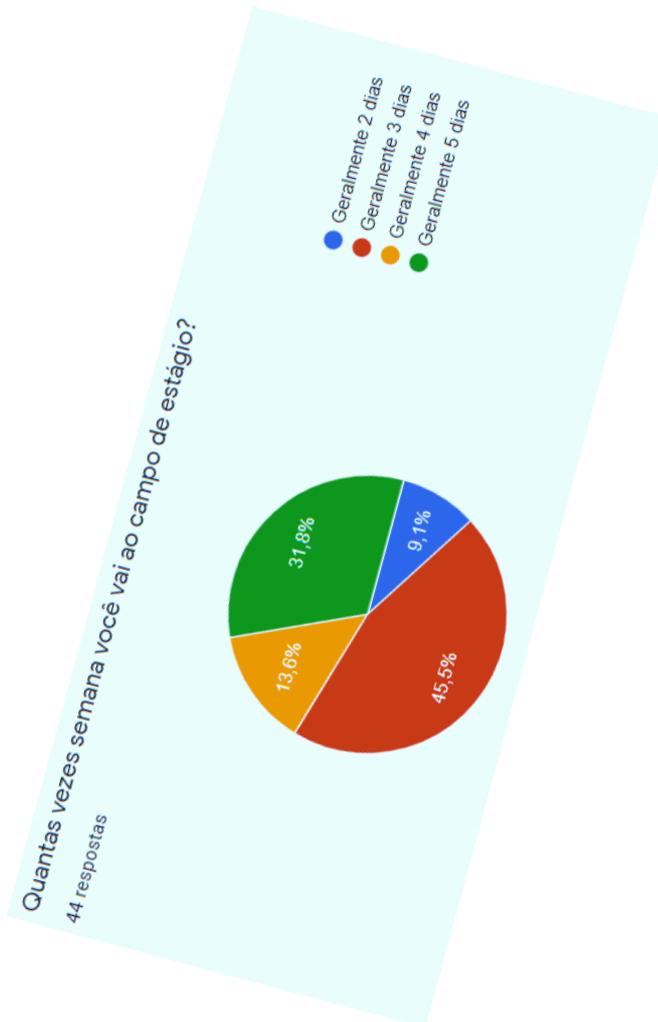
Gráfico 2: Carga horária



Fonte: Elaborado pela autora.

No gráfico 3, foi relatado pelos estudantes estagiários quantas vezes na semana eles comparecem o campo de estágio. Dos 44 respondentes, 14 deles sendo 31,8% comparecem no campo de estágio cinco vezes na semana, 6 deles, sendo 13,6% estagiários comparecem no campo de estágio quatro vezes na semana, 20 deles, sendo 45,5% dos estagiários comparecem no campo de estágio três vezes na semana e 4 deles, sendo 9,1% comparecem no campo de estágio duas vezes na semana.

**Gráfico 3:
no campo de**

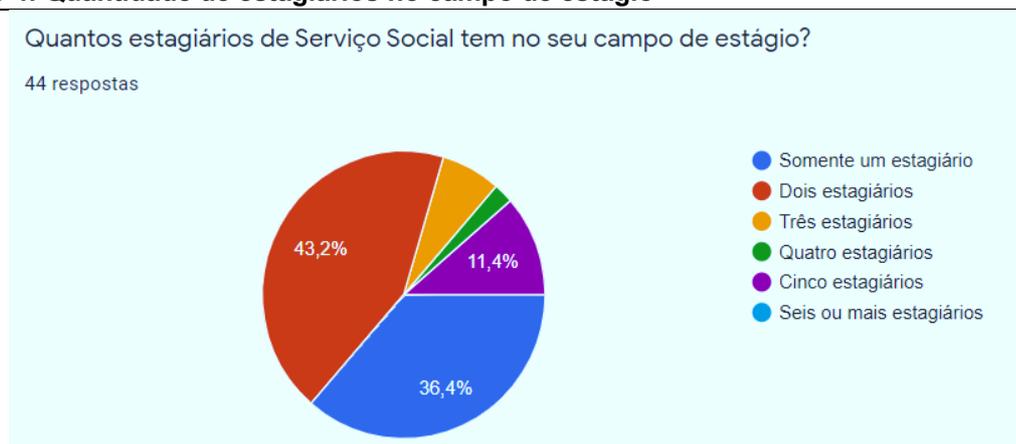


**Comparecimento
estágio**

Fonte: Elaborado pela autora.

No gráfico 4, a seguir, será explicitado dados do campo de estágio, explicitando a quantidade de estagiários que frequentam o mesmo campo de estágio. Conforme as respostas dos estudantes estagiários, 43,2% sendo 19 estudantes estagiários informaram que tem dois estagiários nos seus campos de estágio, 36,4% sendo 16 estudantes estagiários, informaram que tem apenas um estagiário nos campos de estágio que frequentam, 11,4% sendo 5 estudantes estagiários informam que nos seus campos de estágio tem cinco estagiários, 6,8% sendo 3 estagiários, informaram que no seu campo de estágio tem três estagiários e 1 estudante estagiário informou que no seu campo de estágio tem quatro estagiários.

Gráfico 4: Quantidade de estagiários no campo de estágio

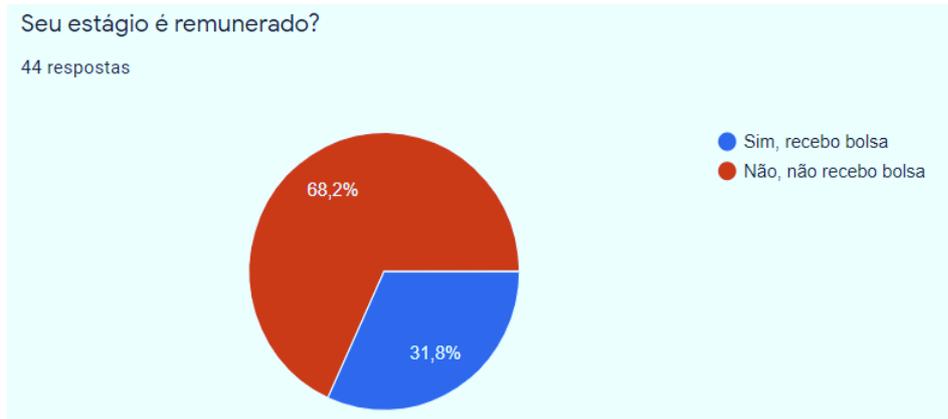


Fonte: Elaborado pela autora.

Nos gráficos a seguir, será abordado a questão da remuneração do estágio, para que possamos saber a quantidade de estagiários que recebem algum tipo de bolsa ou não ou algum tipo de auxílio para estar acompanhando o estágio.

Conforme o gráfico a seguir, dos 44 estudantes estagiários que frequentam os campos de estágio, 30 estudantes estagiários não recebem bolsa, o que representa 68,2% deles, sendo que 31,8% deles, ou seja, 14 recebem algum tipo de bolsa.

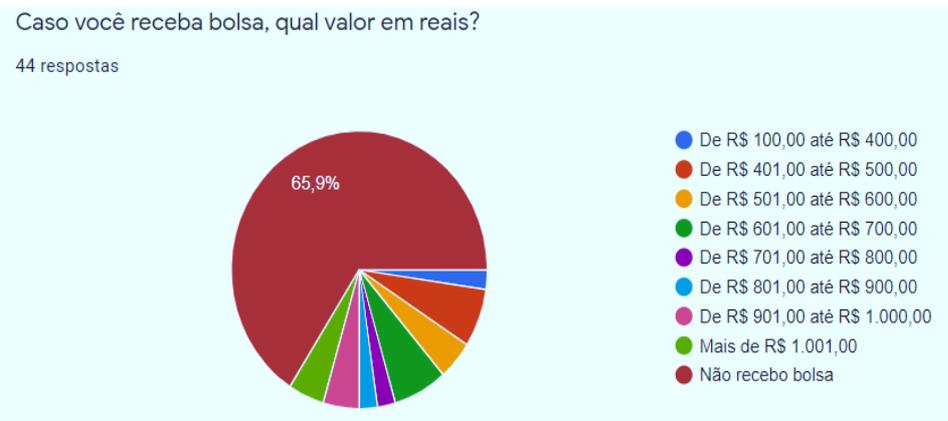
Gráfico 5: Remuneração: sim ou não?



Fonte: Elaborado pela autora.

No próximo gráfico foi feito um levantamento do valor da bolsa que os estudantes estagiários recebem, estagiários esses que responderam sim no gráfico anterior de número 5.

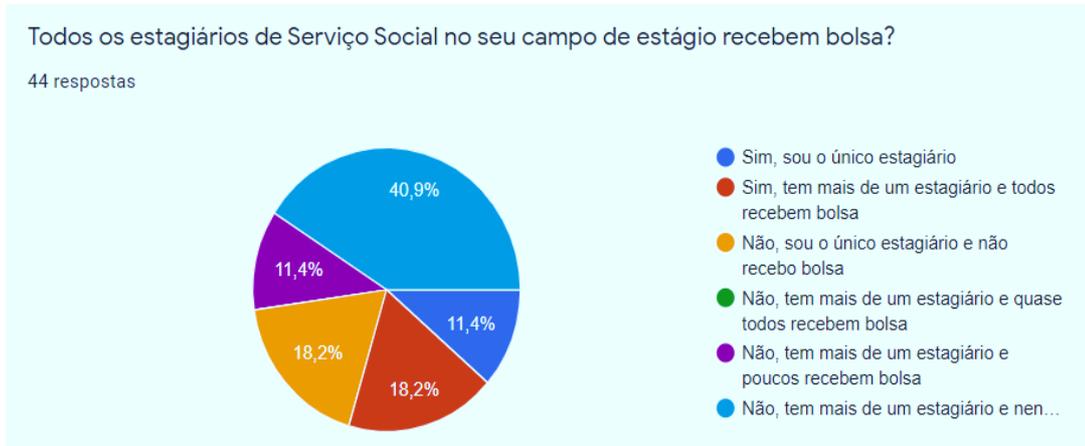
Gráfico 6: Valor da bolsa



Fonte: Elaborado pela autora.

Dos estudantes estagiários que responderam à pergunta, um estagiário recebe bolsa que varia entre R\$100,00 a R\$400,00 reais, três recebem bolsa que varia de R\$401,00 a R\$500,00 reais, dois estagiários recebem bolsa que varia de R\$501,00 a R\$600,00 reais, três recebem bolsa que varia entre R\$601,00 a R\$700,00, um estagiário recebe bolsa entre R\$701,00 a R\$800,00, de R\$801,00 a R\$900,00 reais apenas um recebe esse valor, dois recebem bolsa que varia entre R\$901,00 a R\$1000,00 e dois estagiários recebem mais de R\$1001,00 de bolsa. Conforme ilustrado acima no gráfico 6.

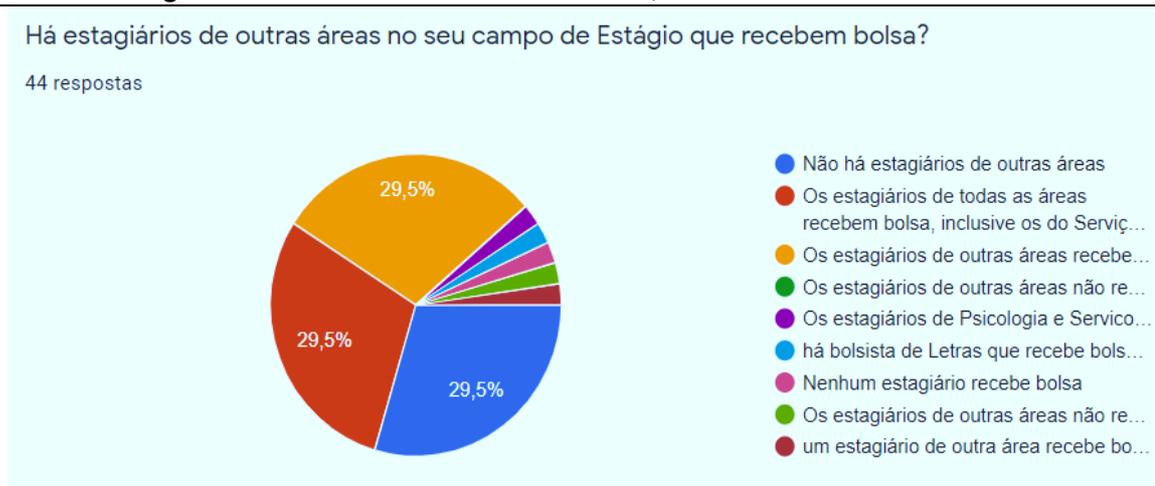
Gráfico 7: Quantidade de estagiários com bolsa



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação a quantidade de estagiários com bolsa por campos de estágio, 18 respondentes, sendo que 40,9% informaram que no seu campo de estágio tem mais de um estagiário e nenhum deles recebem bolsa; 5 dos respondentes, sendo 11,4%, responderam que tem mais de um estagiário e poucos recebem bolsa, 8 dos respondentes, sendo 18,2%, responderam que são os únicos estagiários dos campos e não recebem nenhum tipo de bolsa, 8 respondentes, sendo 18,2%, responderam que tem mais de um estagiário e todos recebem bolsa e 5 dos respondentes, sendo 11,4% responderam que são estagiários únicos e recebem bolsa.

Gráfico 8: Estagiários de outras áreas recebem bolsa, sim ou não?



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 9, traz o levantamento sobre os estagiários de Serviço Social e de outras áreas, para ver se há diferença em relação ao recebimento de bolsas ou não, por todos os estagiários do campo.

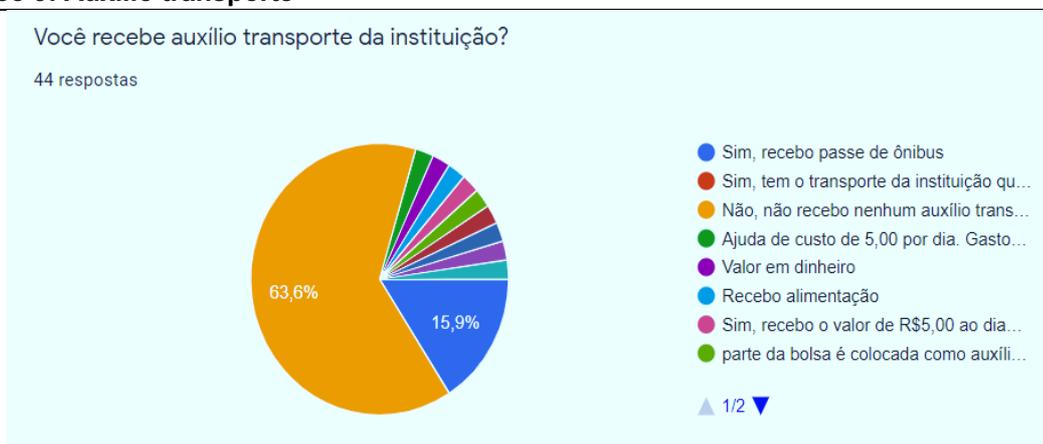
Conforme as respostas dos estagiários, um estagiário informou que no seu campo de estágio há um bolsista de Letras que recebe bolsa, mas os demais estagiários em geral não recebem bolsa, 13 estudantes estagiários informaram que não há estagiários de outras áreas, um informou que nenhum estagiário no campo de estágio recebe bolsa, um alega que nem ele e nem os outros estagiários de outras áreas recebem bolsa, 13 estudante estagiários informaram que o seu campo de estágio, todos os estagiários de outras áreas recebem bolsa e somente os de serviço social não recebem, um alega que os estagiários de Psicologia e Serviço social não recebem bolsa, já os de enfermagem e administração recebem, 13 estudantes estagiários alegam que todos os estagiários recebem bolsa, inclusive os de Serviço social e um estudante estagiário alega que um estagiário de outra área recebe bolsa e um estagiário de serviço social também recebe, já os outros três estagiários de serviço social não recebem bolsa.

Percebe-se um grande déficit em relação ao recebimento do bolsa para os estagiários de graduação do Serviço Social, e isso os leva há uma grande desmotivação para o cumprimento das horas de estágio nesses três semestres de estágio obrigatório. Sendo que muitos dos estagiários não têm nenhum tipo de renda, isso pode se tornar um dos motivos de trancamento e desistência dos alunos de graduação em Serviço Social.

No bloco a seguir, conheceremos as condições de deslocamento dos estudantes/estagiários para o campo de estágio, universidade e casa.

No gráfico 9 foi levantada a questão sobre auxílio transporte, as respostas dos estudantes estagiários estão computadas no gráfico a seguir:

Gráfico 9: Auxílio transporte

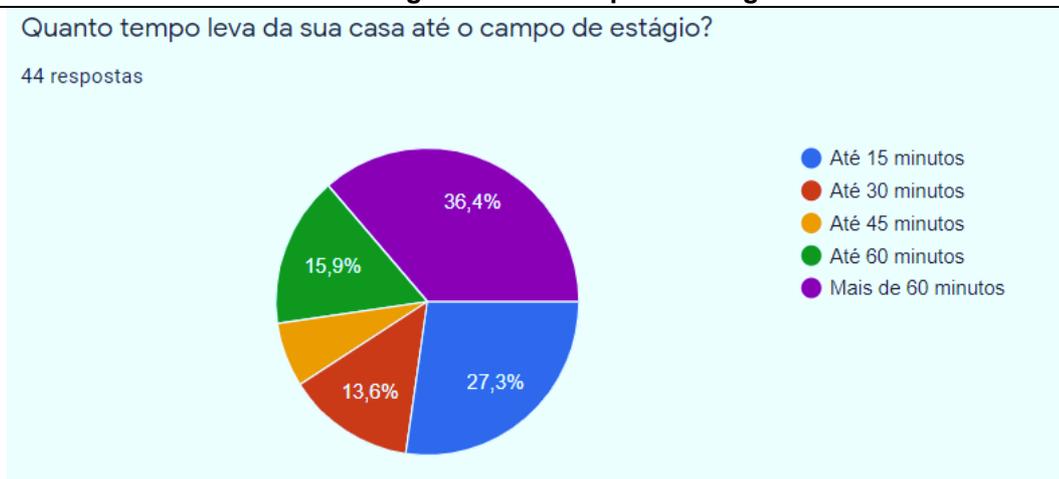


Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o gráfico, 63,6% sendo 28 estudantes estagiários responderam que não recebem nenhum auxílio transporte, um informa que parte da bolsa que recebe é colocada como auxílio transporte, 15,9% sendo 7 estudantes estagiários responderam que recebem auxílio transporte, dois informaram que recebem valor do auxílio transporte em dinheiro, dois informaram que recebem o valor de R\$5,00 ao dia em dinheiro, sendo que um alega que gasta em torno de R\$10,00 ao dia de estágio, porque mora em Biguaçu, um informa que dentro da bolsa que recebe em torno de R\$500,00 a R\$600,00 reais está englobado o valor do vale transporte e um respondeu que recebe R\$50,00 reais ao mês, um informa que recebe um valor em dinheiro para deslocamento até o campo de estágio, mais não informou quanto e um apenas informou nessa questão que recebe alimentação.

Na questão sobre a distância percorrida pelos estagiários de suas casas até os campos de estágio, as respostas dos estudantes estão representadas no gráfico seguinte:

Gráfico 10: Distância da casa do estagiário até o campo de estágio



Fonte: Elaborado pela autora.

Dos 44 respondentes, 12 alegam que levam até 15 minutos da sua casa até o campo de estágio, seis respondentes alegam que levam até 30 minutos até o campo de estágio, três responderam que levam até 45 minutos até o campo de estágio, sete estagiários responderam que levam até 60 minutos de sua casa ao campo de estágio e 16 estudantes estagiários responderam que levam mais de 60 minutos para se deslocarem de sua casa até o campo de estágio. Na questão a seguir, o

gráfico 12 traz as formas de deslocamento dos estudantes estagiários, trazendo as respostas dos estudantes representadas no gráfico a seguir:

Gráfico 11: Formas de deslocamento até o campo de estágio



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos respondentes, 28 deles, sendo 63,6%, informaram que se deslocam através do transporte público, 6 deles, sendo 13,6%, informaram que se deslocam a pé, 6 deles, sendo 13,6%, se deslocam através de seus carros, um sendo 2,3% informa que se desloca através de carona, dois deles, sendo 4,5%, informaram que se deslocam com sua moto própria e um, sendo 2,3%, se deslocam através de bicicleta para seu campo de estágio.

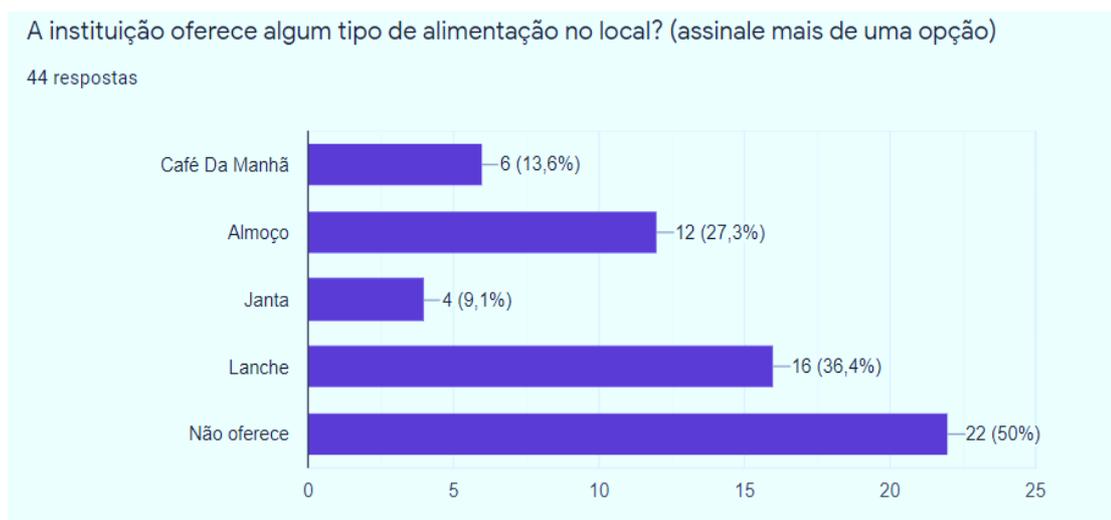
Sobre o deslocamento dos estagiários, é importante destacar a importância de receber o auxílio transporte, tendo em vista que mais de 50% dos respondentes se deslocam através do transporte público. Percebo através dos relatos dos estagiários que o mínimo seria o recebimento do auxílio transporte, uma das questões importantes para se debater com os supervisores acadêmicos e os gestores dos campos de estágio. Ainda um ponto importante para ser um tema

abordado no Fórum de Estágio, tendo em vista que quase metade dos estagiários responderam o questionário, percebendo que eles mostram interesse em debater as suas condições de estágio.

Neste eixo a seguir, foi abordada as condições de alimentação nos campos de estágio, conforme pode ser verificado nos gráficos a seguir:

Dos 44 estudantes estagiários que responderam o questionário, 43 deles sendo 97,7% responderam que não recebem vale alimentação e apenas 1 deles respondeu que recebe vale alimentação. Quanto a alimentação oferecida pelos campos de estágio aos estagiários, as respostas são assim apresentadas:

Gráfico 13: Alimentação oferecida no campo de estágio



Fonte: Elaborado pela autora.

Das 44 respostas, metade dos estudantes estagiários sendo 50% alegam que o campo de estágio não oferece nenhum tipo de alimentação ao estagiário, 36,4% deles, sendo 16 respondentes informam que é oferecido lanche para eles, 9,1% sendo 4 estudantes estagiários informa que recebem janta no seu campo de estágio, 27,3% sendo 12 estudantes estagiários recebem almoço e 13,6% sendo 6 estudantes estagiários recebem café da manhã.

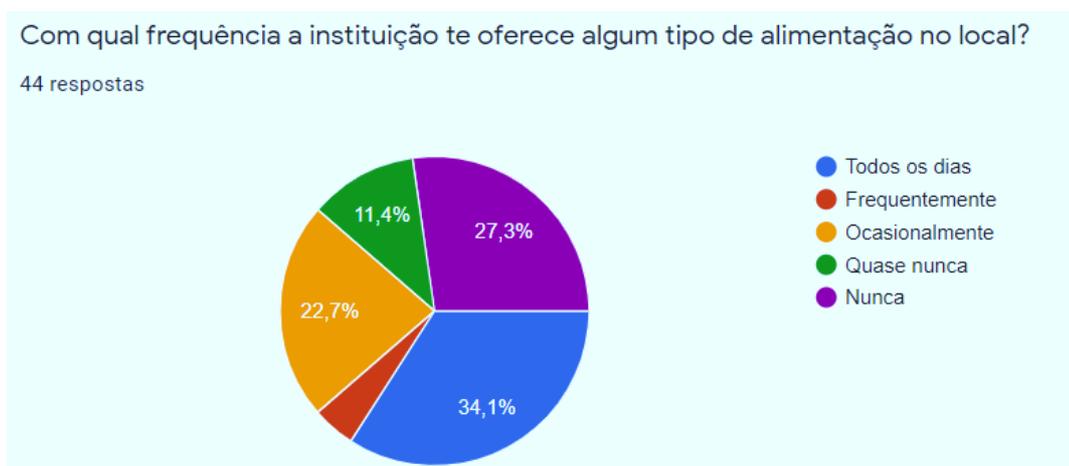
Outro ponto importante para levar aos debates é sobre a alimentação, tendo em vista que o levantamento das questões anteriores mostra que muitos dos estagiários passam muito tempo nos seus campos de estágio, as vezes pagando hora outras vezes tendo que cumprir uma carga horaria maior por se tratar de

estágio obrigatório. E muitos dos relatos dos estagiários respondentes abordam essa questão, que dependendo do horário nem conseguem se alimentar no Restaurante Universitário, pois ainda se trata da questão do deslocamento do campo de estágio até a universidade.

Em relação ao estagiário receber mais de uma refeição ao dia no campo de estágio, um alega que recebe duas refeições ao dia, sendo almoço e janta nos dias de estágio, 6 alegaram que recebem duas refeições ao dia de estágio, sendo almoço e lanche, dois alegaram que recebem duas refeições, sendo café da manhã e almoço, um alegou que recebe quatro refeições ao dia, sendo café da manhã, almoço, janta e lanche e um alegou que recebe três refeições, sendo café da manhã, almoço e lanche.

No gráfico a seguir, será abordado a frequência de recebimento de alimentação no campo de estágio:

Gráfico 14: Frequência de alimentação no campo de estágio



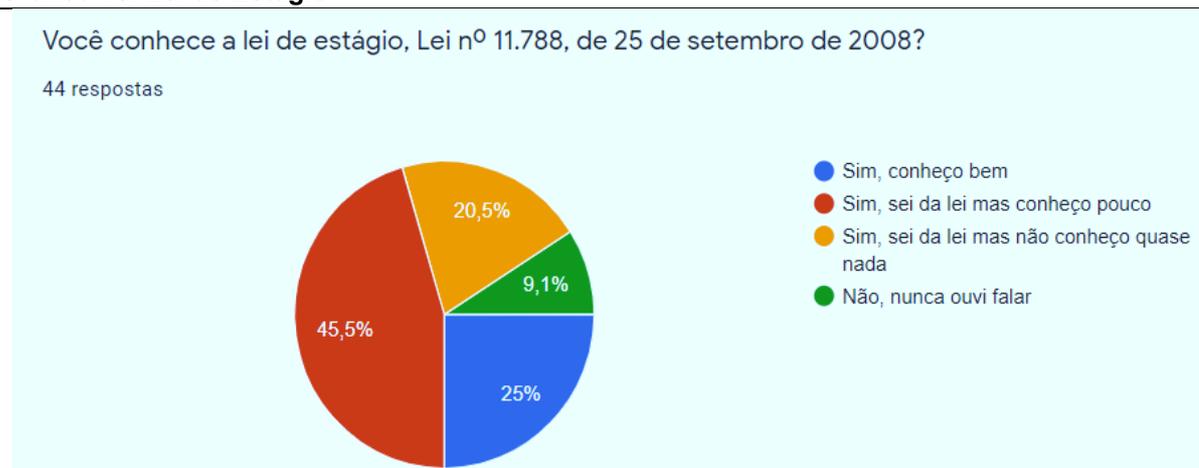
Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo as respostas do gráfico acima, 34,1% sendo 15 estudantes estagiários alegam que recebem refeições todos os dias e estágio, 4,5% sendo dois respondentes informam que recebem refeições frequentemente, 22,7% sendo 10 respondentes, alegam receber refeições ocasionalmente, 11,4% sendo 5 estudantes estagiários alegam que quase nunca recebem refeições e 27,3% sendo 12 respondentes alegam que nunca recebem nenhum tipo de alimentação em seu campo de estágio.

Quando se perguntou aos estudantes estagiários se conheciam sobre a Lei de Estágio, a maioria respondeu que conhece pouco, conforme relatado no gráfico 16:

A maior parte dos respondentes relatam que conhecem pouco, sendo 20 estudantes estagiários totalizando 45,5%, tem 11 estudantes estagiários que representam 25% da amostra que alega conhecer bem a Lei de estágio, 20,5% sendo 9 respondentes, alegam que não conhecem quase nada da Lei e ainda tem 9,1% sendo 4 estudantes estagiários que nunca ouviram falar, alegando desconhecer a lei.

Gráfico 15: Lei de Estágio

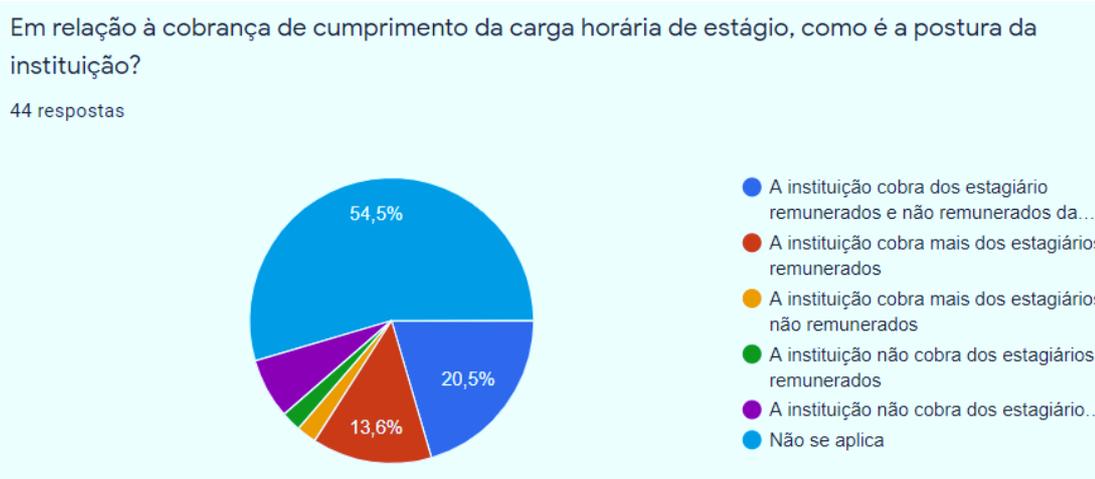


Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa questão, se conclui que deveria ser mais abordada nas aulas de Supervisão Acadêmica, a Lei de Estágio, tendo em vista o pouco conhecimento dela por parte dos estagiários. Havendo uma grande necessidade de uma apresentação da Lei para os estagiários, principalmente para aqueles que estão entrando em estágio I.

O gráfico a seguir mostra a postura da instituição em relação ao cumprimento da carga horária de estágio, conforme gráfico:

Gráfico 16: Cumprimento de carga horária de estágio



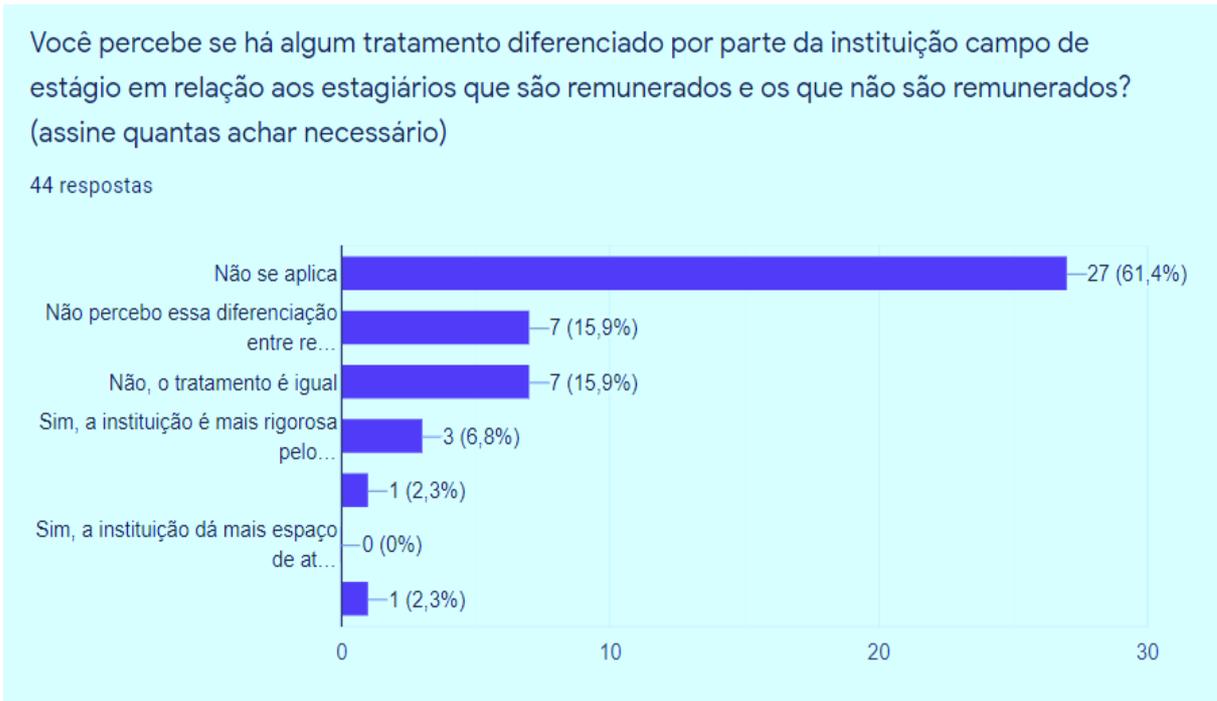
Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação a postura da instituição em relação ao cumprimento da carga horária de estágio, mais que a metade, sendo 54,5% totalizando 24 dos respondentes alegaram que não se aplica, 20,5% sendo 9 estudantes estagiários alegam que a instituição cobra dos estagiários remunerados e não remunerados da mesma forma, 13,6% sendo 6 estudantes estagiários alegam que a instituição cobra mais dos estagiários remunerados, 6,8% sendo 3 respondentes, alegam que a instituição não cobra dos estagiários não remunerados, um estagiário sendo 2,3% alegou que a instituição cobra mais do estagiário não remunerados e um estagiário totalizado 2,3% alega que a instituição não cobra dos estagiários remunerados.

No último bloco de questões, elas serão relacionadas a percepção dos estagiários acerca do tratamento dado aos estagiários remunerados e não remunerados pela instituição, supervisor de campo e supervisor acadêmico e para finalizar terá uma questão aberta, no qual foi levantada a percepção e o ponto de vista dos estagiários.

O gráfico a seguir vai ilustrar a percepção dos estudantes estagiários em relação ao tratamento por parte da instituição campo de estágio:

Gráfico 17: Há tratamento diferenciado por parte das instituições



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao tratamento diferenciado, que leva ao entendimento uma diferenciação de tratamento entre estagiários bolsistas e o que não são bolsista, 61,4% sendo 27 dos respondentes alega que não se aplica, 15,9% sendo 7 estudantes estagiários informaram que não percebem essa diferenciação entre estagiários remunerados e não remunerados, dois estudantes estagiários afirmam o tratamento é igual para ambos os estagiários, 6,8% sendo 3 estudantes estagiários afirmaram que para eles a instituição é mais rigorosa pelo fato de receber bolsa, um estudante estagiário afirma que a instituição dá mais responsabilidades aos estagiários remunerados pelo fato de receber bolsa, sete sendo 15,9% afirmaram que o tratamento é igual para todos e um sendo 2,3% afirmou que a instituição dá mais credibilidade aos estagiários remunerados ou pelo fato de receber bolsa.

O gráfico a seguir vai ilustrar a percepção dos estudantes estagiários em relação ao tratamento por parte dos supervisores de campo:

Gráfico 18: Há tratamento diferenciado por parte dos supervisores de campo

Você percebe se há algum tratamento diferenciado por parte da supervisão de campo em relação os estagiários que são remunerados e os que não são remunerados?

44 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao tratamento dos estagiários pelos supervisores de campo, se tem a seguinte percepção por parte dos estudantes estagiários. Das respostas, 68,2% sendo 30 respondentes informaram que a pergunta não se aplica, 13,6% sendo 6 respondentes informaram que não percebem essa diferenciação de tratamento de estagiários remunerados e não remunerados, 9,1% sendo 4 respondentes alegaram ser estagiários únicos nos campos de estágio, 4,5% sendo 2 respondentes alegaram que o tratamento é igual, 4,6% sendo 2 respondente alegaram que a supervisão de campo é mais rigorosa e da mais responsabilidade aos estagiários remunerados, pelo fato de receberem bolsa.

Já em relação ao tratamento diferenciado pela supervisão acadêmica, o gráfico a seguir traz relatos dos estagiários:

Gráfico 19: Há tratamento diferenciado por parte da supervisão acadêmica

Você percebe se há algum tratamento diferenciado por parte da supervisão acadêmica em relação os estagiários que são remunerados e os que não são remunerados?

44 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

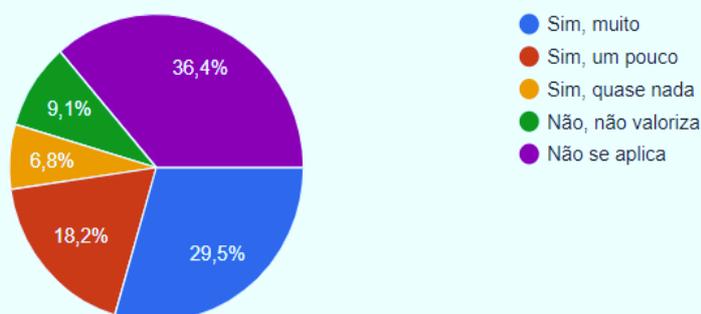
Conforme ilustrado no gráfico 19, em relação as respostas dos estudantes estagiários, 45,5% sendo 20 dos respondentes alegaram que essa questão não se aplica, não quiseram opinar, já 20,5% sendo 9 estudantes estagiários alegaram que nunca perceberam essa diferenciação entre remunerados e não remunerados e 34,1% sendo 15 respondentes alegaram que o tratamento é igual para todos os estagiários. Os estagiários relatam nessa questão, que o tratamento dos estagiários, sejam eles bolsista ou não são tratados da mesma forma.

No gráfico a seguir, será abordado a percepção do estudante estagiário em relação a valorização deles nas instituições, sendo estagiários não remunerados:

Gráfico 20: Valorização dos estagiários não remunerados

Você percebe se a instituição valoriza a atuação e o papel dos estagiários não remunerados?

44 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Dos respondentes, através da análise acima que, percebe-se que 16 sendo 36,4% dos estudantes estagiários responderam que a questão não se aplica, 29,5% sendo 13 respondentes afirmaram que a instituição valoriza muito o papel do

estagiário não remunerado, já 18,2% sendo 8 dos respondentes afirmaram que são pouco valorizados, já 9,1% sendo 4 respondentes afirmaram que não são valorizados pela instituição e 6,8% sendo 3 respondentes afirmaram que é quase nada a valorização deles, pela instituição que acompanham o estágio.

Percebemos através do gráfico 20, que o fato de os estagiários serem valorizados ou não nos campos de estágio não é um fator que faz com que eles desistam de estar lá no seu campo de estágio, tendo em vista que é um dos fatores importantes para formação profissional.

Em relação as funções desempenhadas na instituição pelos estagiários remunerados e não remunerados, o gráfico a seguir aponta se os estagiários desempenham as mesmas atividades:

Gráfico 21: Atividades desempenhadas

Os estagiários não remunerados desempenham as mesma atividades que os remunerados?

44 respostas



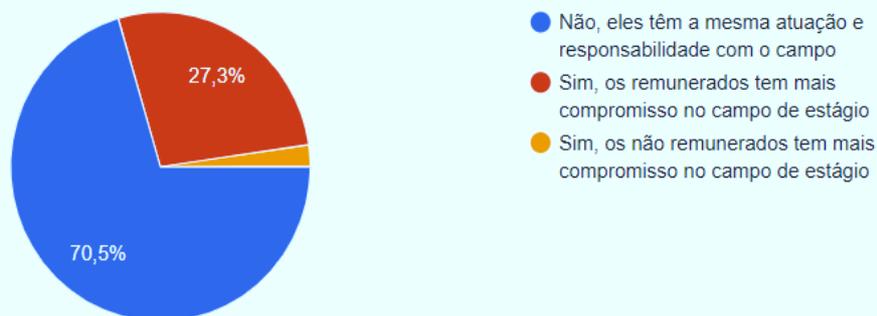
Fonte: Elaborado pela autora.

Dos respondentes, analisamos através do gráfico acima que, 18,2% sendo 8 estudantes estagiários responderam que todos os estagiários, tanto os remunerados como os não remunerados fazem as mesmas coisas nos campos de estágio, 11,4% sendo 5 estudantes estagiários responderam que, os remunerados têm mais afazeres e inserções na instituição e 70,5% sendo 31 dos estudantes estagiários escolheram a opção de não se aplica.

Gráfico 22: Diferença na atuação e no compromisso dos estagiários com o campo de estágio

Você percebe que há diferença na atuação e no compromisso dos estagiários com o campo de estágio pelo fato de serem remunerados ou não remunerados?

44 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme ilustrado no gráfico acima, 70,5% sendo 31 respondentes, afirmaram que independente de ser estagiários remunerados ou não, todos têm a mesma atuação e responsabilidade com o campo de estágio, dos respondentes 27,3% afirmaram que os remunerados têm mais compromisso no campo de estágio e 2,3% sendo um respondente, afirmou que os não remunerados têm mais compromisso no campo de estágio.

Na última questão, sendo uma pergunta aberta, os estagiários puderam expressar sua percepção em relação aos desafios que eles identificam hoje acerca da questão da remuneração e das condições da realização do estágio.

Sendo 44 alunos estagiários respondentes, cada um trouxe sua percepção acerca dos campos de estágio, cada um com um olhar diferente, pontos de vista diferentes. A seguir trarei as respostas da questão 24 para entender os desafios postos no cotidiano de cada um dos estagiários. Uma das dificuldades é a não remuneração do estágio obrigatório para os estagiários, tendo em vista suas limitações no dia-a-dia e as dificuldades de permanecer no curso, conforme alguns relato

A não remunerações do estágio obrigatório é, muitas vezes, impedimento para a conclusão do curso. No meu caso, sem receber nem o auxílio S QUE trago a seguir: transporte, muitas vezes "paguei" para realizar o estágio, uma vez que estava trabalhando de graça e ainda teria que arcar com passagem, alimentação, etc. (Estagiário 1)

Outro relato, que afirma sobre o impacto ligado diretamente as questões financeiras:

A questão da não remuneração dificulta a permanência no curso. Apesar de não ser considerado uma relação de trabalho, mas sim de ensino e aprendizagem o estágio impacta diretamente nas questões financeiras das

estudantes -pois muitas deixam o emprego, ou diminuem carga horária do mesmo. Portanto apesar de alguns discentes serem contrários a essa renumeração, cabe salientar que as estudantes não somente estão junto com a classe trabalhadora, MAS SÃO CLASSE TRABALHADORA, então o compromisso do curso deve se estender as graduandas também (e de rever essas questões) (Estagiário 2)

Outro destaque é o atraso dos graduandos no curso, pois muitas das vezes acabam atrasando algumas matérias e semestres para não perder sua vaga ou ter que desistir do curso, e assim continuar no seu trabalho formal: “A questão da permanência, muitos locais não possuem remuneração, logo faz com que os alunos atrasem sua entrada no campo de estágio para continuar em um campo de trabalho formal para sua sobrevivência” (Estagiário 3).

Outra demanda, é em relação à oportunidade de campos de estágio no período noturno, conforme um dos estagiários respondentes levanta, se estuda à noite e trabalha durante horário comercial, falta vaga de estágio no horário noturno: “A questão maior muitas vezes não é somente a remuneração, mas a oportunidade de quem trabalha de dia e estuda a noite do curso oferecer uma oportunidade de estágio nesse período” (Estagiário 4).

Outro ponto importante é em relação ao modo em que os estudantes estagiários são vistos no campo de estágio e como suas atividades são elaboradas no campo de estágio, mostrando um ensino/aprendizado precarizado:

Acredito que a subordinação em adquirir um campo que posteriormente possa abrir as portas futuramente ou enriquecer seu currículo profissional, nos faz aceitar a precarização de nosso aprendizado. Tendo em vista, que o transporte, alimentação e tempo investidos acabam nos fazendo trabalhar para nos manter no campo. (Estagiário 5)

Outro relato sobre a precarização;

A responsabilidade é a mesma, porém acredito que os não remunerados têm uma lógica de venda da sua força de trabalho um tanto confusa, o que acaba fazendo com que os não remunerados tentem estabelecer mais limites, pois acabam tendo maior jornada de trabalho para suprir suas necessidades. (Estagiário 6)]

Eu percebo que há muitos desafios na vida desse estudante, quando o estágio passa a ser não remunerado. Entendo que o estágio é uma formação obrigatória no momento da graduação, entretanto, o perfil do estudante negro e trabalhador, não é o mesmo perfil da grande maioria dos estagiários e ademais estudantes do curso de serviço social da UFSC. Para tanto, esses desafios passam a afetar a graduação e o processo formativo desses estudantes que estão exercendo atividades no campo, sem remuneração. Muitos, pagam para realizar esse estágio e, isso, é desmotivador! Pois envolve vários fatores e questões que interferem e refletem na vida acadêmica, profissional e emocional desse estudante. Para além disso, o momento do estágio é uma configuração do mercado de

trabalho, dessa forma, o estudante deve cumprir com suas atribuições tanto quanto outros estagiários, de outros cursos, a qual estes, recebem e, o do curso de serviço social, não. E, acho isso um absurdo! Da mesma maneira quando vejo que, em alguns campos de serviço social como na saúde, em tribunais e em outras áreas dentro do curso que têm um estigma de "status" e "prestígio" sócio-político, são remunerados e o caráter mais social, não são. (Estagiário 7)

Outro levantamento é o vínculo empregatício precarizado, conforme relata estagiário 8:

Há um déficit de bolsas de estágio em serviço social, e as bolsas disponíveis, geralmente de 30 horas, são bem problemáticas, quase um vínculo empregatício precarizado, incompatível com o processo de formação teórico-prática do curso. (Estagiário 8)

Mais uma percepção de um estagiário, de suma importância para se discutir, é sobre a evasão dos estudantes, por falta de oportunidade de estágios remunerado: “Os estágios não remunerados impossibilitam os estudantes a optar por estagiar ou trabalhar para se manter, o que pode ocasionar a evasão do curso” (Estagiário 8), e também:

Penso que alguns pontos podem ser destacados quando pensamos na questão da remuneração nos campos de estágio: primeiro, por conta do currículo do curso de Serviço Social da UFSC, no qual temos que fazer o estágio fora do período em que efetivamente nos matriculamos, a remuneração no campo de estágio se constitui de certa forma enquanto questão de permanência para continuar na graduação, pois muitas vezes temos que nos deparar em ou continuar a graduação ou trabalhar (meio de subsistência). Todavia, não podemos perder de vista o caráter de ensino-aprendizagem do estágio, e não “mão de obra barata” nas instituições. (Estagiário 9)

Em relação as tomadas de decisões para que continue na graduação; além de o estagiário se sentir desmotivado em relação ao estágio, temos os seguintes relatos:

Permanência no campo de estágio e na própria graduação. Tive de deixar meu emprego para ir para o estágio e dependo de minha mãe (que não tem uma renda alta) para auxiliar nos custos relacionados à academia. (Estagiário 10)

Ocupa muito tempo não possibilitando a procura de outro trabalho que seja remunerado. (Estagiário 11)

Ter que deixar de trabalhar para poder se formar. Além de na maioria das vezes não ser remunerado trazendo diversas problemáticas. (Estagiário 12)

Outro tópico que foi bem comentado, foi em relação aos benefícios de vale transporte e alimentação, que muitos não recebem e precisam arcar para poder cumprir os semestres de estágio:

Sem uma remuneração, muitas vezes fica impossível realizar o estágio pois acadêmicos tem vidas, precisam se sustentar e sem uma bolsa fica impossível de se manter, e dependendo da situação, o acadêmico precisa pagar para estagiar, sendo que muitas vezes os estágios são em locais muito distantes, deve ser repensado a maneira de como se trata o estágio obrigatório. (Estagiário 13)

Pagar o transporte para ir ao estágio é o maior desafio. Arcar com a alimentação também é difícil (tem dias que se não der tempo de almoçar no RU, já era) (Estagiário 14)

Muitos estágios não oferecem bolsa, mas o pior de tudo é não oferecer nem ao menos o vale transporte. Muitos estudantes acabam tendo que tirar do próprio bolso, o que para os estudantes desempregados acaba sendo um grande impeditivo, pois o estágio ocupa parte do dia, reduzindo drasticamente o leque já reduzido de oportunidade de trabalho, fora que acaba caracterizando como mão de obra barata, já que não recebemos nada e muitas vezes servimos de válvula de escape para as demandas reprimidas da instituição. (Estagiário 15)

Estagiários em muitos casos fazem o papel de assistente social, trabalham igual e muitas vezes nem o passe ou alguma alimentação. (Estagiário 16)

Deslocamento por conta própria, alimentação por conta própria. (Estagiário 17)

As dificuldades com vale transporte e acesso à cantina são os maiores problemas. Isso conseqüentemente faz com que eu me sinta desmotivada em seguir com o estágio. (Estagiário 18)

A Questão do transporte (despesas com gasolina e manutenção), a dedicação que temos que ter no período de um ano e meio, para cumprir a carga horária do estágio nesse tempo não podemos trabalhar em nada fixo. (Estagiário 19)

Outra situação que chama atenção, é perceber o quanto o estágio se sente desmotivado, desvalorizado e até mesmo explorado, conforme relatos a seguir nos mostram:

Sem a remuneração dificulta vida dos estudantes no curso (Estagiário 20)

Se percebe que a falta de remuneração durante o período de estágio, desestimula no processo de aprendizagem, e faz com que o mesmo se sinta desvalorizado e até mesmo explorado (Estagiário 21)

Poucos remunerados, carga horária alta com valor de remuneração não condizente. (Estagiário 22).

Sobre a experiência que tenho onde somos 2 estagiárias de SSO uma recebe bolsa de quase mil reais e eu não recebo nem vale transporte sinto que sou desvalorizada e cobrada igualmente pela instituição (Estagiário 23).

Todos os campos de estágio devem ser remunerados (Estagiário 24).

O desafio é conseguir viver tendo de trabalhar, fazer estágio e ter aula e ainda não receber nem mesmo um auxílio. É bem frustrante e desmotivador para o estudante. (Estagiário 25).

Outo aspecto que os estagiários trazem, é sobre serem usados como mão de obra barata e desvio de função, conforme relatos a seguir:

A utilização do estágio como meio de executar ações burocráticas e administrativas. (Estagiário 26).

Compensar horas acaba ficando pesado, pois as vezes precisamos faltar algum dia da semana, e é preciso ficar até tarde outro dia para compensar, sendo que não há um contrato de trabalho (Estagiário 27).

De serem tão limitadas a poucas instituições. (Estagiário 28)

Dentre várias dificuldades que percebo entre colegas está a carga de trabalho maior, direcionamento de tarefas que não caberia ao estágio em Serviço Social, a não participação em espaços que poderiam agregar conhecimento para ficar fazendo atividades administrativas organizacionais e a falta de planejamento das atividades do estágio que compromete o aprendizado (Estagiário 29).

Por ser obrigatório e na maioria das vezes sem remuneração é bem complicado para aqueles que precisam trabalhar conciliar o estágio com a vida pessoal, mesmo porque até os que tem bolsa normalmente é um valor simbólico que não dá para sobreviver. (Estagiário 30)

Outros comentários em relação à percepção do estagiário em relação aos campos de estágio;

Poucos campos com bolsa e muitos campos não respeitam o direito a faltas para fazer trabalhos acadêmicos e participação em eventos, por explicar. (Estagiário 31).

Por ser um estágio remunerado, muitas vezes estes são tratados a cumprir normas de forma mais severa, assim como serem mais cautelosos em seus enfrentamentos (Estagiário 32).

Mesmo recebendo bolsa, ainda é muito inferior ao tanto de trabalho atribuído as estagiárias (Estagiário 33).

Interesse e disponibilidade de orçamento das instituições para remuneração de estagiários (Estagiários 34).

Falta de verba da instituição já que uma OSC (Estagiário 35).

é impossível permanecer na graduação fazendo estágio não remunerado (Estagiário 36).

“ Ela quase não existe nos campos de estágio de SSO”. (Estagiário 37).

Achar um campo de estágio remunerado. No meu caso consegui achar, mas foi difícil (Estagiário 38).

Finalizada a apresentação dos dados coletados, onde foi possível verificar que a maioria dos estudantes tem a percepção acerca das condições de estágio negativas. Inúmeras dificuldades foram trazidas através do levantamento dos dados, apresentados no levantamento teórico, destacou-se também o pouco conhecimento

em relação a Lei de Estágio, que é de suma importância, em vista que os entrevistados são estagiários. Portanto, é preciso ressaltar que os desafios postos ao estágio na formação profissional do assistente social no cenário atual, resultam não apenas de questões de natureza didático-pedagógico, mas sobre tudo, do caráter macro societário, no qual estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objeto de estudo as condições que os estudantes têm para a realização do estágio, no curso de graduação em serviço

social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Como objetivos específico buscamos identificar o debate acerca do estágio no processo de formação profissional do assistente social; discutir como o estágio se insere na proposta político-pedagógica do curso de graduação em serviço social da UFSC, e; identificar e analisar as condições objetivas de realização do estágio tais como a carga horária, transporte, alimentação, bolsa e a percepção dos estagiários acerca das relações entre a instituição, supervisores e os estagiários que recebem e os que não recebem bolsa.

A partir dos resultados do estudo apresentado, é possível afirmar que, indiscutivelmente, as Diretrizes Curriculares de 1996 representa um salto qualitativo para a formação profissional, sendo considerado a centralidade que o Estágio Curricular Obrigatório ocupa. No entanto, são muitos os desafios para que este momento possa efetivamente se consolidar, de acordo com o que expressa os seus documentos normativos.

Os principais resultados que a pesquisa alcançou foram conhecer a percepção do estagiário acerca das suas vivências no campo de estágio e perceber que existe muitas dificuldades passadas por cada um dos estagiários de uma forma diferente. Diante das colocações postas pelos estagiários, reflete-se uma preocupação com as demandas e desafios postos, tendo em vista que inúmeros pontos negativos surgiram através do questionário aplicado. Concluiu que necessita de olhar mais aprofundado em relação aos estagiários, com um acompanhamento mais detalhado para reconhecer os desafios postos no cotidiano do sujeito.

Cabe destacar, conforme aponta a autora Cavalcante (2015), que os desafios postos ao estágio e a supervisão expressam os rebatimentos da atual conjuntura, tendo em vista as transformações no ensino superior, perfil dos alunos e dos docentes, além do crescente aumento do ensino a distância (EAD) que fragiliza o Estágio enquanto um dos pontos essenciais para formação profissional.

Portanto, é preciso ressaltar que os desafios postos ao estágio na formação profissional do assistente social no cenário atual, resultam não apenas de questões de natureza didático-pedagógico, mas sobre tudo, do caráter macro societário, no qual estão inseridos. As condições de realização do estágio na atual conjuntura vêm sendo um ponto a ser pensado, em vista do levantamento do questionário, nos mostra que está precarizado, os estagiários estão sendo usados como mão de obra barata, além de estar sendo desvinculado da sua real função campo de estágio.

O estágio é de suma importância, pois objetiva a efetivação da aprendizagem como processo pedagógico de construção de conhecimento, desenvolvimento de competência e habilidade através de supervisão de professores atuantes, no qual vem tendo relação direta da teoria com a prática cotidiana. Pois unir a teoria e prática é um grande desafio com o qual o estagiário tem que lidar. Por tanto, a realização de estágio estabelece uma experiência importante, fato que contribuirá para a realização de um trabalho cada vez com mais consciência junto aos estagiários.

Através dos gráficos analisados no subtítulo 4.2, os pontos negativos são bem mais destacados que os pontos positivos como a falta de alimentação, estágio mercantilizado, estagiários sendo submetidos a outras funções, falta de campos de estágio remunerados. Conclui-se que é necessário fazer um acompanhamento mais de perto para reconhecer o campo de estágio e as condições em que o estagiário está inserido, outro ponto importante contribui para uma análise mais aprofundada das dificuldades socioeconômicas e as suas estratégias de superação.

E finalizando este Trabalho de Conclusão de Curso sugere-se um aprofundamento da metodologia para o reconhecimento dos campos de estágio, para entender as percepções trazidas pelos estagiários, de vivências decorridas no dia -a-dia desses sujeitos. Devido ao grande número de estagiários que trazem a demanda de falta da bolsa no estágio obrigatório, e se trata de um tema interessante de pesquisa sugerida.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **O processo de formação profissional do assistente social.** In: Cadernos Abepss. São Paulo: Abepss/Cortez 1993. n. 1.

ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. 2009.

ABEPSS. **Para a construção de uma Política Nacional de Estágio da ABEPSS** – Documento base. Brasília, 2009.

ABEPSS-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** - ABEPSS, maio 2010. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei de Diretrizes Curriculares 1996>.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **O ensino do trabalho profissional: O estágio na formação profissional**. Palestra proferida na oficina da Região Sul II – Gestão 2003-2004 ABEPSS. São Paulo, 2003.

BARBOSA, A. M. G. **O importante papel do estágio no desenvolvimento de competências**. Revista Ágora. Políticas Públicas e Serviço Social, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 89-95. out. 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. S. **O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação**. In: Temporalis n. 08. Porto Alegre: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

BRASIL, **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão** – 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. **Lei 8662/93**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf

BRASIL. **Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008** que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.

BRASIL. Resolução CNE/CES n. 15, de 13 de março de 2002. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/aq=rquivos/pdf/CES152002.pdf>. Acesso em: 11/11.

BURIOLLA, Marta Alice F. **Estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995. 176p.

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BOURGUIGNON, J.A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras e Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008.

BURIOLLA. M. A. F. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2006

Camargo, M. Universidade Federal de Santa Catarina. **Coordenadoria de Estágios do Serviço Social. RELATÓRIO SÍNTESE DO FÓRUM DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO 2019.1**, Florianópolis, 2019.

CARNEIRO, Bárbara fraga. **O estágio supervisionado do curso de serviço social da UFSC: matrizes curriculares de 1970 a 1999**. Monografia (Graduação em Serviço Social)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Indicações para uma agenda de debates sobre o ensino da prática a partir do novo currículo**. In: Revista Temporalis, nº 02. Brasília, ABEPSS, 2000.

CAVACANTE, F. M. **Estagio Supervisionado em Serviço Social: Uma questão de Debate**. Trabalho de Conclusão do Curso – TCC, em Serviço Social. Universidade Federal de Paraíba

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta: Educação não é fastfood**. Brasília, 2011. Disponível em: Acesso em 20 de maio de 2019.

CFESS: Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei n. 8.662/93** - Regulamentação da Profissão de Serviço Social. Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social**. Resolução CFESS 533/2008. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br

DSS/UFSC. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Florianópolis: DSS/UFSC, 2013.

FRAGA, Critina Kologeski. **A atitude investigativa no Trabalho do Assistente Social**. IN: Serviço social e sociedade. São Paulo, n.101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

GERBER, Luiza Maria Lorenzini. **A formação dos assistentes sociais em Santa Catarina: um estudo sobre o primeiro curso de serviço social do estado (1958-1983)**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GONÇALVES, E. P.. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.

GOUVÊA, M. G. **Estágio, supervisão e trabalho profissional**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 62-73. 2008.

GUERRA, Yolanda. **O ensino da prática no novo currículo**: elementos para o debate. Palestra da oficina ABEPSS. Região Sul I, maio: 2002.

GUERRA, Y.; BRAGA, M. E. **Supervisão em Serviço Social**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. São Paulo, Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em serviço social**: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009

MEC/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **PARECER CNE/CES 492/2001**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília, 2001.

MEC/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 – LDB.

MEC/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social**. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de (org.); SANCHES, Odécio. **Qualitativo-Quantitativo**: Oposição ou complementariedade? In: Caderno de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública de Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, jul/set 1993.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. 2003. 178p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2003.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da S. **Formação profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos, constantes desafios** In: Revista Serviço Social e Realidade, v.13, n.2. Franca: UNESP, 2004.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da S. **O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados** In: Serviço Social e Sociedade nº 80. São Paulo: Cortez, 2004.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Estágio e supervisão: um desafio teórico-prático do serviço social**. São Paulo: PUCSP, 1997.

Resolução n. 493, de 21 de agosto de 2006. **Dispõe sobre as condições éticas, técnicas do exercício profissional**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf> Acesso em: 12 de dez.

SOUZA, Celina apud OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Disponível em: . Acesso em 08 de Fevereiro de 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 14, p.39-73, 1984.

WANDERLEY, M. B. **Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional**. Cadernos Abess, São Paulo, n.8, p.7-18, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Departamento de Serviço Social. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. UFSC: Florianópolis, 2013.

ANEXO – QUESTIONÁRIO

1- Você concorda em participar desse estudo?

concordo em participar

não concordo

2- Qual semestre de estágio você cursou esse semestre?

- 12 horas
- 20 horas
- 30 horas
- Outros...

3- Qual sua carga horária semanal no campo de estágio?

- 12 horas
- 20 horas
- 30 horas
- Outros...

4- Quantas vezes semana você vai ao campo de estágio?

- Geralmente 2 dias
- Geralmente 3 dias
- Geralmente 4 dias
- Geralmente 5 dias

5- Quantos estagiários de Serviço Social tem no seu campo de estágio?

- Somente um estagiário
- Dois estagiários
- Três estagiários
- Quatro estagiários
- Cinco estagiários
- Seis ou mais estagiários

6- Seu estágio é remunerado?

- Sim, recebo bolsa
- Não, não recebo bolsa

7- Caso você receba bolsa, qual valor em reais?

- De R\$ 100,00 até R\$ 400,00
- De R\$ 401,00 até R\$ 500,00
- De R\$ 501,00 até R\$ 600,00
- De R\$ 601,00 até R\$ 700,00
- De R\$ 701,00 até R\$ 800,00
- De R\$ 801,00 até R\$ 900,00
- De R\$ 901,00 até R\$ 1.000,00
- Mais de R\$ 1.001,00
- Não recebo bolsa

8- Todos os estagiários de Serviço Social no seu campo de estágio recebem bolsa?

- Sim, sou o único estagiário
- Sim, tem mais de um estagiário e todos recebem bolsa
- Não, sou o único estagiário e não recebo bolsa

- Não, tem mais de um estagiário e quase todos recebem bolsa
- Não, tem mais de um estagiário e poucos recebem bolsa
- Não, tem mais de um estagiário e nenhum recebe bolsa

9- Há estagiários de outras áreas no seu campo de Estágio que recebem bolsa?

- Não há estagiários de outras áreas
- Os estagiários de todas as áreas recebem bolsa, inclusive os do Serviço Social
- Os estagiários de outras áreas recebem bolsa, mas os do Serviço Social não recebem
- Os estagiários de outras áreas não recebem bolsa, somente os do Serviço Social que recebem
- Outros...

10-Você recebe auxílio transporte da instituição?

- Sim, recebo passe de ônibus
- Sim, tem o transporte da instituição que pega e leva
- Não, não recebo nenhum auxílio transporte
- Outros...

11- Quanto tempo leva da sua casa até o campo de estágio?

- Até 15 minutos
- Até 30 minutos
- Até 45 minutos
- Até 60 minutos
- Mais de 60 minutos

12- Qual meio de transporte você mais utiliza para se deslocar até seu campo de estágio? (Assinale mais de uma opção)

- Carro próprio
- Moto própria
- Bicicleta
- Ônibus
- A pé
- Transporte por aplicativo
- Carona
- Outros...

13- Você recebe vale alimentação da instituição campo de estágio?

- Recebo vale
- Não recebo vale

14- A instituição oferece algum tipo de alimentação no local? (Assinale mais de uma opção)

- Café Da Manhã
- Almoço
- Janta

- Lanche
- Não oferece

15- Com qual frequência a instituição te oferece algum tipo de alimentação no local?

- Todos os dias
- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Quase nunca
- Nunca

16- Você conhece a lei de estágio, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008?

- Sim, conheço bem
- Sim, sei da lei mas conheço pouco
- Sim, sei da lei mas não conheço quase nada
- Não, nunca ouvi falar

17- Em relação à cobrança de cumprimento da carga horária de estágio, como é a postura da instituição?

- A instituição cobra dos estagiários remunerados e não remunerados da mesma forma
- A instituição cobra mais dos estagiários remunerados
- A instituição cobra mais dos estagiários não remunerados
- A instituição não cobra dos estagiários remunerados
- A instituição não cobra dos estagiários não remunerados
- Não se aplica

18- Você percebe se há algum tratamento diferenciado por parte da instituição campo de estágio em relação aos estagiários que são remunerados e os que não são remunerados? (Assine quantas achar necessário)

- Não se aplica
- Não percebo essa diferenciação entre remunerados e não remunerados
- Não, o tratamento é igual
- Sim, a instituição é mais rigorosa pelo fato de receber bolsa
- Sim, a instituição dá mais credibilidade aos estagiários remunerados ou pelo fato de receber bolsa
- Sim, a instituição dá mais espaço de atuação aos estagiários remunerados pelo fato de receber bolsa
- Sim, a instituição dá mais responsabilidades aos estagiários remunerados pelo fato de receber bolsa

19- Você percebe se há algum tratamento diferenciado por parte da supervisão de campo em relação os estagiários que são remunerados e os que não são remunerados?

- Não se aplica
- Não percebo essa diferenciação entre remunerados e não remunerados

- () Não, o tratamento é igual
- () Sim, a supervisão de campo é mais rigorosa pelo fato de receber bolsa
- () Sim, a supervisão de campo dá mais credibilidade aos estagiários remunerados ou pelo fato de receber bolsa
- () Sim, a supervisão de campo dá mais espaço de atuação aos estagiários remunerados pelo fato de receber bolsa
- () Sim, a supervisão de campo dá mais responsabilidades aos estagiários remunerados pelo fato de receber bolsa
- () Não, não tem outros estagiários no meu campo de estágio

20- Você percebe se há algum tratamento diferenciado por parte da supervisão acadêmica em relação os estagiários que são remunerados e os que não são remunerados?

- () Não se aplica
- () Não percebo essa diferenciação entre remunerados e não remunerados
- () Não, o tratamento é igual
- () Sim, a supervisão acadêmica é mais rigorosa pelo fato de receber bolsa
- () Sim, a supervisão acadêmica dá mais credibilidade aos estagiários remunerados ou pelo fato de receber bolsa
- () Sim, a supervisão acadêmica dá mais espaço de atuação aos estagiários remunerados pelo fato de receber bolsa
- () Sim, a supervisão acadêmica dá mais responsabilidades aos estagiários remunerados pelo fato de receber bolsa

21- Você percebe se a instituição valoriza a atuação e o papel dos estagiários não remunerados?

- () Sim, muito
- () Sim, um pouco
- () Sim, quase nada
- () Não, não valoriza
- () Não se aplica

22- Os estagiários não remunerados desempenham as mesmas atividades que os remunerados?

- () Sim, faz as mesmas coisas
- () Não, os remunerados tem mais afazeres e inserções na instituição
- () Não se aplica

23- Você percebe que há diferença na atuação e no compromisso dos estagiários com o campo de estágio pelo fato de serem remunerados ou não remunerados?

- () Não, eles têm a mesma atuação e responsabilidade com o campo
- () Sim, os remunerados tem mais compromisso no campo de estágio
- () Sim, os não remunerados tem mais compromisso no campo de estágio

24- Quais são os desafios que você identifica hoje acerca da questão da remuneração dos estagiários?